

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
CAMPUS DE CURITIBA
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA ANALÍTICA**

ANNA PAULA ZANONI

**MALDIÇÕES, BÊNÇÃOS E DESTINOS:
AS TRANSMISSÕES PSÍQUICAS ENTRE AS GERAÇÕES**

CURITIBA

2010

ANNA PAULA ZANONI

**MALDIÇÕES, BÊNÇÃOS E DESTINOS:
AS TRANSMISSÕES PSÍQUICAS ENTRE AS GERAÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Psicologia Analítica, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof. Renata Cunha Wenth

CURITIBA

2010

ANNA PAULA ZANONI

**MALDIÇÕES, BÊNÇÃOS E DESTINOS:
AS TRANSMISSÕES PSÍQUICAS ENTRE AS GERAÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Psicologia Analítica, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito à obtenção do título de Especialista.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Orient. Esp. Renata Cunha Wenth
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof. Dra. Jussara Maria Janowski Carvalho
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof. Nélio Pereira da Silva
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Dedico este trabalho à minha própria
família, em especial
aos meus pais e irmão e,
ao meu marido.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora que sempre muito dedicada, profunda e paciente, generosamente compartilhou sua sabedoria para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas e amigos de sala, que colaboraram imensamente com discussões, revelações e reflexões pessoais, e que compartilharam momentos de entusiasmo e de angústias!

À psicóloga Maribel Pelaez Dóro, que me apresentou de forma indireta ao tema e me contribuiu sempre, de forma tão querida e amiga, na minha busca por tentar compreender os mistérios da alma humana.

Aos professores, pelos ensinamentos, paciência, sabedoria e inspiração.

À minha família, sem dúvida, por todo amor e paciência incondicionais. Por tudo aquilo que me transmitiram e que hoje faz parte do que carrego comigo e do que sou.

Ao meu marido, sempre tão querido, meu maior incentivador: pela compreensão e pelo amor.

RESUMO

Os indivíduos são seres complexos que carregam consigo marcas, registros, influências e histórias de todos aqueles que os precederam. Isso inclui as dimensões filogenética e ontogenética, assim como a arquetípica e a pessoal. Por isso, ao nascer, já existe algo a priori, que pode se apresentar como destino. Trata-se de possibilidades de um vir a ser, potencialidades ainda não desenvolvidas, as quais se manifestam dentro de um contexto. O contexto analisado é o familiar, com suas próprias constelações que exercem influências sobre os membros e são transmitidas através das gerações, não somente no sentido causalista. O intuito deste trabalho é apresentar reflexões, afirmações e conceitos dentro da psicologia analítica que contribuam para uma aproximação dos temas da transmissão psíquica geracional, das maldições e bênçãos familiares e dos destinos individuais. O estudo aprofundado dessas questões possibilita compreender o ser humano numa dimensão maior e, com isso, facilita o rompimento de padrões antigos que amarram e impedem o desenvolvimento pleno, da verdadeira essência, ou ainda, de percorrer o caminho de individuação.

Palavras-chave: Transmissão psíquica geracional. Famílias. Individuação.

ABSTRACT

Curses, blesses and destinies: the Generational Psychological Transmissions

The human beings carry marks, registers, influences and histories of all the ones that preceded them. That includes the archetypical and the individual dimensions, even the phylogenetical and ontogenetical. Therefore, before birth there is something *a priori* that seems to be a destiny. They are possibilities and potentialities not developed yet, that are manifested inside a context. The familiar context is analyzed in this research, with its own constellations that influences the members and are transmitted throughout the generations. This research has the intention to presents thoughts and concepts of the Analytical Psychology that contributes to make an approach to the themes of the generational psychological transmission, the blesses and curses of families, and the individual's destinies. The deep study of these issues makes possible to comprehend the human being in an amplified dimension and makes easier to break old patterns that difficult and even stop the development of the essence and to go through the individuation way.

Key-words: Generational Psychological Transmission. Families. Individuation.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 08 |
| 2. O INDIVÍDUAL, O FAMILIAR E O COLETIVO | 10 |
| 2.1 A PSIQUE AOS OLHOS DA PSICOLOGIA ANALÍTICA..... | 18 |
| 2.2 AS CONSTELAÇÕES FAMILIARES E O CONTÁGIO PSÍQUICO | 35 |
| 3. OS MITOS FAMILIARES: BENÇÃOS, MALDIÇÕES E DESTINOS | 43 |
| 4. O RESGATE DA ALMA: A MALDIÇÃO FAMILIAR COMO UM CAMINHO DE INDIVIDUAÇÃO | 51 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 62 |
| REFERÊNCIAS..... | 64 |

1. INTRODUÇÃO

A família nos mostra constantemente mistérios e configurações que parecem transcender, ou ainda, anteceder uma existência individual. Muitas vezes, temos a impressão de que existe algo a priori nas vidas humanas que parece determinar destinos, principalmente quando olhamos para o indivíduo em relação com a sua família. Isso acontece, por exemplo, quando percebemos em crianças a repetição de histórias que seus pais e avós viveram, sem ser possível compreender o fenômeno somente por explicações ambientais, causalistas ou pessoais. Há algo que ultrapassa essas dimensões.



Figura 01: “A família”. Tarsila do Amaral
Fonte: retirado da internet

Jung nos revelou que todos os seres humanos carregam consigo padrões arquetípicos, que apontam para uma semelhança da raça humana, desde os nossos ancestrais, configurando o que somos hoje, em diversos aspectos.

Além desses padrões arquetípicos, entendidos como potencialidades humanas do que podemos vir a desenvolver, recebemos também, muito antes da nossa concepção, “heranças psíquicas”, transmitidas através dos nossos antepassados, até o núcleo primário das nossas famílias, chegando a nós.

Muitas vezes, essas heranças psíquicas representam verdadeiros fantasmas familiares, que carregam consigo uma maldição difícil de ser rompida através das gerações. Em outras vezes, carregam também tudo aquilo que uma família tem de benção.

A prática com crianças e dentro de um hospital geral me mostrou que existem determinadas questões, conteúdos e sintomas psíquicos que assolam famílias por diversas gerações. Há geralmente muito sofrimento envolvido e o sentimento de que não há saída para os casos, pois histórias se repetem e parecem fazer parte de um grande mito familiar do qual todos os membros fazem parte.

As transmissões psíquicas que ocorrem entre as gerações, as constelações familiares, as maldições, bênçãos e destinos se tornaram uma questão para mim, traduzida neste trabalho a partir da intenção de aproximação do tema.

Imagino que o estudo aprofundado dessas questões possibilita compreender o ser humano numa dimensão maior e, com isso, facilita o rompimento de padrões antigos que amarram e impedem o desenvolvimento pleno, da verdadeira essência, ou ainda, de percorrer seu caminho de individuação.

Portanto, a importância do estudo desses temas diz respeito principalmente a uma relevância clínica, pois permite ao analista uma escuta e um olhar ampliados dentro do seu trabalho e também a todos aqueles que se interessam pela psique.

Diante disso, esse trabalho será estruturado da seguinte forma:

No primeiro capítulo será discorrido sobre a complexidade humana, enfatizando o papel das transmissões psíquicas na constituição da psique, as quais não somente podem ser entendidas pelo princípio da causalidade. Serão abordados aspectos dos nossos ancestrais e aspectos individuais que atuam como forças que, num processo dialético, estão presentes no desenvolvimento da personalidade e da história de cada um. Também será trazido o aspecto do contágio psíquico que ocorre entre membros de uma família, considerando-se as dimensões pessoais e arquetípicas.

O segundo capítulo apresentará uma reflexão sobre os mitos familiares, suas maldições e bênçãos e os destinos individuais, em correlação com a mitologia.

Por último, o terceiro capítulo terá o intuito de pensar a maldição familiar como a possibilidade de um caminho de individuação, na medida em que há um resgate da alma. Sobre isso, Thomas Moore (1994, p. 40) afirma:

Algumas pessoas acreditam nas imagens de normalidade e mantém em segredo a corrupção de suas famílias, desejando ter nascido em outra parte, numa terra de bênçãos. Mas o resgate da alma começa quando somos capazes de abrigar o destino de nossa própria família e descobrir nela a matéria bruta, a *prima materia* alquímica, para o trabalho com a nossa própria alma.

2. O INDIVÍDUAL, O FAMILIAR E O COLETIVO

A família, como afirmam Zweig e Abrams (1991, p. 69), “é o palco onde encenamos a nossa individualidade e o nosso destino”. Nesse palco há os elementos necessários para que a individualidade se constitua. E é sobre ele que são transmitidos os legados psicológicos familiares, os quais são fundamentais para que cada indivíduo adquira aquilo que faz parte da família humana e da família pessoal.

Thomas Moore, no livro “Cuide da sua alma” (1994), defende que a família é o mais adequado local para o cuidado da alma, pois a sua experiência inclui grande parte das particularidades da vida: nascimentos e mortes, intimidade e distanciamentos, afetos e desafetos, carinhos e maus tratos, altos e baixos, sucessos e fracassos, casamentos e separações. Ele afirma que se “vista friamente, a família de qualquer época é, ao mesmo tempo, boa e má, oferecendo tanto apoio como ameaça” (p. 37). Por isso existe tanta ambivalência nos sentimentos em relação a ela, inclusive quando se tenta significar uma experiência como maldição ou benção familiar.

A constituição da individualidade de uma pessoa inclui as transmissões psíquicas que ocorrem entre os membros de uma família. Estas se manifestam através de afetos, sintomas, complexos, traumas e outros conteúdos psicológicos da alma humana que se constelam em várias gerações. Não somente pelo princípio da causalidade, mas possivelmente também através da sincronicidade, relacionada aquilo que é constelado em um determinado momento de uma relação específica, através de uma ligação significativa entre acontecimentos.

A dimensão arquetípica das transmissões se refere ao fato de as mesmas pertencerem ao humano e universal e ocorrem inevitavelmente na família humana. Inclui também a dimensão pessoal, pois as transmissões ocorrem através das relações diretas e concretas entre os povos, as culturas, os antepassados e as próprias famílias, e variam conforme a educação, os acontecimentos, as atitudes, as crenças, os conteúdos reprimidos, os valores e o ambiente familiar, enfim, à história de vida de uma pessoa. Estão também relacionadas a uma relação de causa e efeito, de sentido mais literal.

Além de psíquicas, as transmissões podem ser de vários outros tipos: genéticas, sociais, ambientais, morais e culturais. Todos estes tipos vivem em uma relação dialética: se influenciam mutuamente e, por sua vez, também têm um aspecto arquetípico.

As transmissões psíquicas que ocorrem *entre gerações* de uma mesma família podem ser percebidas através de diferentes graus de consciência pelos envolvidos: eles podem ser mais conscientes ou menos conscientes de todos esses aspectos que fazem parte da constituição da sua própria individualidade e de um psiquismo familiar.

Elas podem adquirir tanto o caráter de benção, quanto de maldição. São bênçãos quando são impulsionadoras do desenvolvimento psíquico e maldições quando do contrário. Neste último caso revelam uma negatividade, termo que será usado neste trabalho.

Entretanto, também é preciso considerar que muitas situações compreendidas como maldições acabam por se mostrar como bênçãos no momento em que são significadas como favorecedoras da individuação, ou seja, do caminho pela busca da individualidade e da realização máxima de si mesmo. Por exemplo: a repetição de um “karma” familiar, ou uma maldição, como o abandono de mulheres grávidas por seus companheiros por gerações seguidas, pode se tornar uma bênção dependendo do sentido que é atribuído a esse processo por uma das mulheres que, ao vivenciar um movimento de tomada de consciência das transmissões e, com isso, obter transformações da alma em direção a um caminho de individuação, pode considerar a maldição como uma benção a qual é fonte de sabedoria e transformações.

Algumas vezes, aquilo que é considerado uma benção pode representar para um determinado membro um aspecto de maldição: que impede o desenvolvimento de si mesmo, dos potenciais da sua personalidade, do próprio caminho de individuação e da diferenciação. Isso acontece, por exemplo, quando existem gerações de pessoas brilhantes e de mentes muito inteligentes, bem sucedidas nos seus empreendimentos profissionais. Nesses casos, geralmente há uma elevada expectativa sobre os sucessores, de forma que eles obtenham o mesmo desempenho ou desempenho melhor, associando caminhos que não necessariamente devem ser percorridos por todos da família. Uma diferenciação aqui, como a escolha consciente por uma vida pouco ambiciosa, por exemplo, é

geralmente sentida por todos os envolvidos, principalmente por aquele que busca o seu próprio caminho, solitário.

Lembro-me de ter me deparado dentro da minha prática num hospital geral com uma família em que um dos filhos, com nove anos, era portador de uma grave doença. Apresentarei o caso de uma forma sintética com o intuito de exemplificar um dentre os vários tipos de transmissões que podem ocorrer numa família. Nesta história em especial é analisado o aspecto da negatividade e da maldição, ainda que seja possível identificar as bênçãos nele contidas.

Trata-se de uma criança com um enorme histórico de hospitalizações e experiência de quase morte. O discurso familiar se constituía em torno da crença de que este menino era o único dentre os membros que poderia “carregar tamanha cruz” pela família, a qual estava passando por essa “provação” – a doença e o sofrimento provindo daí - para se tornar mais unida e “ser salva” por Deus. A fala do menino sobre a sua situação imitava a fala dos pais e, em tom heróico, ele carregava a cruz familiar cansado, mas orgulhoso de si mesmo: estava identificado com o papel de Jesus.

Sua família era cindida e, ao mesmo tempo, muito ligada. No lado materno, os avós, tios e pais viviam em meio a conflitos de diversas ordens, relacionados ao dinheiro, ciúmes e traições. Eram o lado mais próximo da família primária da criança e, a partir da doença, tiveram de se reorganizar: tias tiveram de cuidar dos irmãos pequenos do menino, os mais abastados financeiramente contribuíram para o custeio do tratamento e pessoas se reaproximaram. Houve trocas de diversas ordens. Já a família paterna era menos presente e estava pouco envolvida.

Trata-se, nesta história, de um mito familiar, com um aspecto de negatividade, de maldição, se for analisado o ponto de vista da individualidade do menino. Isso porque, neste caso em especial, enquanto a criança continuasse na representação do papel do salvador ou do herói, a alternativa da vida (no lugar da morte) e a possibilidade do desenvolvimento da personalidade ou de seu próprio caminho pareciam não serem possíveis: naquele mito familiar não havia outra saída. Refiro-me aqui a dois tipos de mortes: a literal, pois sua doença era grave, e a simbólica, vivida através de uma existência vazia, com falta de um significado próprio, distanciada da própria alma. É importante lembrarmos que o mito heróico de Jesus inclui a morte na cruz como um dos momentos antes do renascimento. Heróis sempre morrem.

Analisando o caso através da perspectiva da família, talvez fosse possível chegar a um outro ponto de vista. A analista junguiana e terapeuta familiar sistêmica Paula Boechat escreve que “a teoria sistêmica afirma que a doença de uma pessoa é a tentativa e trazer homeostase para todo o sistema familiar, mas também diz que tal paciente identificado encarna a possibilidade de redenção de todo o grupo” (2005, p. 102). Através do seu adoecimento, a família teve de se reorganizar e lidar com conflitos e questões não elaboradas. Sob esse prisma, o sofrimento familiar e a doença podem ser vistos como bênçãos.

Até onde pude acompanhar a criança, houve um momento de melhora da doença em que foi solicitado a ela prestar “o testemunho” da sua história na igreja em que a família freqüentava, o que significava contar, durante o culto, para os demais frequentadores a sua trajetória de doença, a qual continha um caráter milagroso. De fato, a medicina pouco podia explicar como seu organismo resistiu a várias situações de quase morte.

Depois desse momento específico, o menino, até então muito obediente, rebelou-se contra os pais, jurou a si mesmo nunca mais dar seu testemunho porque não gostou dessa experiência e se pôs a brincar da mesma forma que seus irmãos. Ele tinha muitas restrições médicas e geralmente não podia brincar como qualquer outra criança, como no sol, por exemplo, devido ao tratamento, mas passou a exigir ser tratado como um menino saudável – e não como herói. Não se identificava mais com o papel a ele antes atribuído e por ele representado, o de salvador da família.

Nesse mito, houve um rompimento: ele terminou. A narrativa da história encenada não poderia contar mais com todos os seus personagens. E, como é uma condição humana e da psique vivermos enredados em mitos, outros mitos secundários vividos por esta família provavelmente continuaram e, outros ainda, iniciaram-se.

A clínica com pacientes infantis, assim como os estudos daí provenientes, mostra que as crianças são portadoras de características, questões e até mesmo sintomas que fazem parte da família e que se manifestam através desses mitos familiares.

De forma semelhante, histórias de vida de pacientes adultos em análise revelam configurações para além de suas existências, chegando a tramas que envolvem diversas gerações sucessivas. Pode-se facilmente identificar essas situações até mesmo fora do contexto de consultório. Provavelmente cada pessoa é

capaz de se lembrar de pelo menos uma história assim. Como exemplos, podemos pensar naquelas famílias em que gerações a fio de mulheres se tornam mães durante a adolescência ou, ainda, naquelas em que todos os membros são abandonados por seus cônjuges. De forma contrária, também é possível pensar nas histórias de dons brilhantes que possuem avós, pais e filhos.

Afinal, o que ocorre nesses casos em que as histórias de vida pessoais estão entrelaçadas e muitas vezes indiferenciadas das histórias familiares ou de seus destinos?

Para a psicanalista estudiosa das transmissões psíquicas entre gerações Tatiana Inglez-Mazzarella,

Estamos todos nós, humanos, atrelados a uma origem que nos diz respeito, embora a ela não tenhamos acesso. Não a criamos, apenas temos notícias, por meio do que será reconstruído *a posteriori*. Somos um elo em uma cadeia muito anterior à nossa chegada, com a qual temos uma dívida. Há uma origem que nos é concomitantemente inacessível e determinante (2006, p. 59).

A autora defende que uma das questões que se coloca nessas situações faz referência à tensão entre o intrapsíquico e o intersubjetivo. Para ela, “o primeiro, desde Freud, refere-se àquilo que delimita um psiquismo, diferenciando-o; o segundo diz respeito ao fato de a constituição do eu se dar por meio de um outro, o que é característico da própria espécie humana” (2006, p. 14).

A expressão “transmissão psíquica geracional”, é utilizada pela autora para se referir à ideia de “que cada vida humana se enraíza e se projeta para muito mais longe do que costumamos presumir, para os lados, para trás e para adiante na direção de outros e de outros de outros” (2006, p. 11).

Isso significa que as transmissões acontecem não somente entre gerações antecedentes, mas também entre membros da mesma geração e, inclusive, entre aqueles que virão.

Como afirmou Safra (2004 apud INGLEZ-MAZZARELLA, 2006, p. 13), “... compreender o ser humano como a singularização da vida de muitos implica dizer que cada ser humano é a singularização da vida de seus ancestrais e é o pressentimento daqueles que virão”.

Uma diferenciação foi feita entre dois tipos de transmissão psíquica entre as gerações, segundo Inglez-Mazzarella (2006): a intergeracional e a transgeracional.

Na primeira há um contato direto entre as gerações, como ocorre entre pais e filhos, principalmente crianças e bebês, sendo possível haver modificações daquilo que foi transmitido, “pois transformações e ligações podem ser realizadas pela descendência” (p. 81). Pais e filhos podem falar e tentar modificar conscientemente os destinos. No caso da transgeracional, por sua vez, não há um contato direto na transmissão. “Esta acontece no sentido descendente, ou seja, as gerações passadas transmitem às presentes. Trata-se de um material não transformado e não simbolizado, geralmente referido a segredos, não-ditos, interditos e ao indizível” (p. 82).

A analista junguiana Renata Horschutz também apresenta o tema da transmissão psíquica geracional em um artigo publicado nos Cadernos Junguianos e intitulado “A herança psíquica”. Ela defende que a transmissão psíquica faz parte da condição humana e ocorre em todas as pessoas. O presente de um indivíduo é marcado pelo passado que atravessa as gerações de uma família, tanto de formas positivas quanto negativas.

Entretanto, quando a vida particular de uma pessoa se torna inteiramente alienada por uma interdependência psíquica e, com isso, passa a ser “a reprodução programada e automática de várias histórias de familiares que vieram antes dela” (p. 36), sem que seja possível uma libertação e uma autonomia, pode-se falar na presença de um “fantasma familiar”, como coloca a autora. Ele habita nos sótãos e porões do inconsciente da psique familiar e só deixa de perseguir as gerações a partir do momento em que “um de seus membros resolva enfrentá-lo, desmascará-lo e despotencializá-lo” (p. 36), o que se dá através da tomada de consciência e, como defende Hillman (1995), da desliteralização do significado do mito familiar. A família também pode ser olhada como um sistema psíquico, dinâmico, composto por diversas partes e diversos conteúdos, assim como cada indivíduo é constituído por uma psique individual.

Inglez-Mazzarella (2006), a partir de sua formação psicanalítica, aponta que a constituição da subjetividade só se faz com base naquilo que é transmitido, pois o homem é um ser social e o ponto de partida da sua constituição é sempre o Outro. A subjetividade precisa do encontro para vir a ser. Para ela, a transmissão psíquica é uma dentre vários tipos de transmissões necessárias para que qualquer ser humano se constitua como tal. Entretanto, ela analisa a transmissão psíquica a partir do aspecto da sua negatividade, que se refere a algo que não foi dito, representado ou

constituído dentro da família. Seu olhar psicanalítico sobre o assunto lança importantíssimas questões a serem analisadas por quem se dedica ao tema, mas é preciso considerar que a visão da psicanálise e da psicologia analítica sobre a psique se distanciam em certos pontos, por isso, mais adiante neste trabalho será trazido um subcapítulo sobre a constituição da psique aos olhos da psicologia analítica.

Para a autora, uma forma importante de transmissão psíquica se dá através do segredo, o qual pode ser diferenciado em pelo menos duas categorias do “não-dito”: 1) aquele que é proibido de dizer - o que pressupõe uma interdição e alguma coisa conhecida que precisa ser ocultada porque geralmente está associada a alguma vergonha ou culpa – e 2) aquilo que é indizível. Dentro deste, ela ainda faz uma diferenciação: a) o indizível no qual não há palavras para dizer, pois o segredo se encontra fora do registro inscrito e “à margem de um trabalho psíquico possível e fadado à repetição como tentativa de representação” (2006, p. 114) e, b) o indizível no qual as palavras são insuficientes para se alcançar o sentido nelas contido. Como exemplo deste último tipo, a autora cita as vítimas que vivenciaram os horrores da *Shoah* ou do Holocausto e que se referiam à impossibilidade de alcançar o visto, o ouvido, vivido, por meio do que dissessem. No caso do indizível, as transmissões se dão por outras vias que não a do recalque, por ultrapassarem a barreira do simbolizável.

Dizer, de certa forma, é fazer novamente existir, o que possibilita algum trabalho de elaboração. Não ter palavras para dizer é ficar à mercê do que não pode circular como imaginado e, muito menos, simbolizável (INGLEZ-MAZZARELLA, 2006, p. 114).

Um “segredo indizível”, nesses casos, pode estar relacionado a um maior ou menor grau de consciência – familiar e/ou individual - sobre aquilo que é transmitido, conforme acredito. Muitas vezes existe uma constatação consciente do que se repete e faz parte da história da família, mas não são encontrados os caminhos que podem levar a uma elaboração e conseqüente libertação e autonomia, ou ainda, estes não podem ser percorridos por questões de tempo interno, condição psíquica ou algum outro aspecto muitas vezes não identificado ou compreendido.

Parece ser possível estabelecer alguma correlação entre essa ideia e a sombra familiar. Zweig e Abrams (1991) defendem que dentro daquilo que nos é

transmitido no caldo psíquico familiar existe um legado de sombra que por nós é absorvido. No processo de formação do ego – ou de um “eu” -, o qual tem uma função de adaptação do homem à sociedade, muito do que é reprimido por ser “errado”, “mau”, por ser difícil de lidar ou por não se encaixar na visão que fazemos de nós mesmos, acaba por ganhar uma vida própria, inconsciente, e antagônica ao ego. No ambiente familiar, a sombra dos outros membros da família exerce forte influência sobre a formação do eu reprimido da criança, por exemplo, “especialmente quando os elementos escuros não são reconhecidos dentro do grupo familiar ou quando os membros da família conspiram para esconder a sombra de um deles, alguém poderoso, ou fraco, ou muito querido” (p. 71). Esses elementos reprimidos, escuros, escondidos e não reconhecidos fazem parte do conteúdo transmitido entre os membros e podem se tornar segredos e fantasmas.

O tema da transmissão psíquica através das gerações foi inicialmente estudado por psicólogos sistêmicos, ainda que transpasse o corpo teórico de diversas escolas dentro da psicologia (INGLEZ-MAZZARELLA, 2006)¹. Freud e Jung, por exemplo, falaram sobre o assunto abordando outras questões e utilizando outros termos.

Segundo Kaës et al. (2001), Freud iniciou sua reflexão sobre a transmissão psíquica no contexto do debate sobre a hereditariedade, contemporaneamente aos *Estudos sobre a histeria*. Outros pós-freudianos, como Abraham, Torok e Tisseron, oficializaram o “surgimento” do tema para a psicanálise a partir dos apontamentos freudianos (INGLEZ-MAZZARELLA, 2006).

Jung, por sua vez, como coloca Horschutz (2009), apresentou em *Estudos Experimentais*, vol. II de suas Obras Completas (OC)², uma comprovação científica da transmissão psíquica entre gerações a partir de uma pesquisa feita por uma aluna, a Dra. Fürst, que se utilizou do método de associação de palavras³. Descobriu-se através das associações que:

¹ Inglez-Mazzarella (2006, p. 35) cita alguns estudiosos contemporâneos do assunto: Kaës, Faimberg, Enriquez, Baranes, Correa, Granjon, Puget, Benghozi, Eiguer e Silva.

² O tema será detalhado adiante.

³ “O método consiste em oferecer palavras ao sujeito da pesquisa e solicitar que ele faça analogias e associações. Através da ampliação simbólica dos dados obtidos, o pesquisador pode compreender seu significado arquetípico, o qual é comum a toda a humanidade e preenchido pelos conteúdos individuais da experiência inconsciente” (Horschutz, 2009, p. 41). Através desse método, Jung formulou a teoria dos complexos ao notar que certas palavras despertavam reações exageradas nos indivíduos por possuírem forte carga emocional.

1) Os parentes tendem a mostrar uma concordância em tipos de reação. 2) Os tipos de reação das crianças estão mais próximos dos da mãe do que dos do pai. 3) O casamento parece mudar os tipos de associação mais nas mulheres do que nos homens. (...) As influências mais fortes sobre uma criança são os estados afetivos pessoais de pais e professores. (...) Um dos objetivos mais importantes da educação deveria ser o de libertar a criança em crescimento de sua ligação inconsciente com as influências de seu ambiente anterior, de modo que ela possa manter o que é valioso e rejeitar o que não é (JUNG, 1998:12 [1973] apud Horschutz, 2009, p. 42).

Pensar no tema da transmissão psíquica geracional passa, ao meu ver, pelo caminho da tentativa da compreensão de como uma vida, história ou destino individual se constitui em relação aos aspectos sociais, coletivos e, mais especificamente, familiares. Como o mito familiar se relaciona aos destinos individuais e, como estes são formados?

Inglez-Mazzarella (2006) traz uma importante reflexão sobre essa questão:

Procurando compreender situações nas quais algo do traçado de um destino perpassa, fazendo fendas pelas quais parece dar-se a transmissão, é preciso buscar a trama que se compõe entre a constituição da subjetividade e a transmissão psíquica geracional (p. 33).

As transmissões de que trata este trabalho possuem tanto um aspecto estruturante quanto um alienante para a psique individual, como a autora nos coloca. Sabe-se que para o psiquismo se constituir é necessário o coletivo, assim como a individualidade precisa se separar dele. Isso tanto no aspecto exterior, em atitudes e comportamentos, quanto no aspecto interior, nos sentimentos, significados, sentidos e reflexões capazes de dissolver projeções sobre o mundo externo. Este é o aspecto estruturante. Quando não há essa separação, o indivíduo pode alcançar um estado de alienação em relação à si mesmo, à sua essência e ficar indiferenciado da massa, afastando-se do próprio caminho. Para tentar lançar luz aos diversos pontos a que essas questões estão relacionadas, serão buscados olhares dentro da psicologia analítica sobre a constituição do psiquismo.

2.1 A PSIQUE AOS OLHOS DA PSICOLOGIA ANALÍTICA

A intenção deste subcapítulo é compreender como se constitui e se caracteriza a psique individual e qual a sua relação com as influências familiares e coletivas.

A “Psicologia Analítica” iniciou-se com Carl Gustav Jung, um psiquiatra suíço nascido em 1875 que, além de sólida formação clássica e interesses religiosos, interessou-se pela teoria psicanalítica de Sigmund Freud e passou a estudá-la profundamente. Chegou a ser considerado por Freud um “filho”, devido à esperança depositada pelo “pai” de que Jung fosse seu herdeiro intelectual. Ele se tornou o primeiro presidente da Associação Psicanalítica Internacional, mas, em 1913, publicou o livro “Metamorfoses e Símbolos da Libido”, que atualmente tem o nome “Símbolos da Transformação”, expondo ideias diferentes das da psicanálise e rompendo seus vínculos com Freud. A principal divergência entre as ideias de ambos foi sobre a noção de libido, que para Freud era considerada energia sexual pura e, para Jung, uma dentre vários componentes da energia vital (BARCELLOS, 1991).

Sobre esse rompimento, Barcellos (1991, p. 45) afirma:

A psicologia toma, então, uma nova direção, poderíamos dizer, com a liberação da alma de Jung em relação à abordagem personalista de Freud, essencialmente biográfica, para uma leitura simbólica, impessoal ou arquetípica (universal) da psique humana, da psique individual, apoiada na orientação histórica e mitológica.

Jung defendeu que a psicologia deveria ter a sua linguagem específica, assim como outras ciências o fazem (1984, p. 45, § 224). Se no início deste capítulo foi trazida a proposta de apresentar o olhar de alguns autores sobre a *constituição* da psique, em sua obra *A natureza da psique* (vol. VIII/2, Obras Completas, 1984), no texto intitulado “O significado da constituição e da herança para a psicologia”, ele utiliza o termo constituição, num sentido mais aproximado da biologia ou fisiologia, para fazer uma diferenciação do termo psique. Jung afirma:

(...) tenho por mais adequado que se reconheça uma autonomia relativa à psique com relação à constituição psicológica. Verdade é que não há provas vigorosas em favor deste ponto de vista, mas também não se pode provar que a psique se ache sob a total dependência da constituição fisiológica. Não devemos esquecer que a psique é o x e a constituição é o y complementar. No fundo ambos são fatores desconhecidos que só recentemente começaram a tomar forma definida, mas estamos ainda muito longe de compreender, o mínimo que seja, a sua natureza (p. 43, §221).

Nesta citação, Jung evidencia a importância do aspecto fisiológico na formação da psique, mas aponta para uma relativa autonomia da própria psique em relação a esse fator. Entretanto, o que de mais especial esse pensamento traz é uma humildade ao falar sobre os processos ainda um tanto obscuros da alma humana.

No mesmo volume, dentro do texto “Determinantes psicológicas do comportamento humano”, ele afirma:

Só começaremos a perceber a tremenda complexidade da fenomenologia psíquica, quando virmos que todas as tentativas para elaborar uma teoria abrangente estão condenadas ao fracasso, porque partem de pressupostos demasiado simples. A alma é o ponto de partida de *todas* as experiências humanas, e todos os conhecimentos que adquirimos acabam por levar a ela. A alma é o começo e o fim de qualquer conhecimento (JUNG, 1984, p. 61, §261).

Ainda que Jung aponte para a imensa dificuldade em compreender o psiquismo humano, visto que para isso precisamos de um olhar voltado para a alma, ele faz reflexões preciosas e traz contribuições incalculáveis àqueles que se dedicam ao trabalho com a psique. Jung resgata o termo alma para falar sobre esta última dentro da psicologia, de forma a aproximá-la a um sentido mais metafórico e menos biológico, mais apropriado às suas características.

James Hillman (1988), no mesmo sentido que Jung, clarifica o que se pode entender por alma, embora afirme que se trata de uma palavra que só pode ser usada de uma forma ambígua, pois a alma contém todos os paradoxos. Para este psicólogo arquetípico, a alma deve ser a metáfora primária da psicologia e está relacionada a um ponto de vista, a uma perspectiva e a um sentido conotativo, e portanto não deve ser definida, mas imaginada. Sua natureza é em si mesma indefinível, e quando há uma tentativa de defini-la, “utilizamos o intelecto onde ele não cabe” (HILLMAN, 1985, p. 17).

O termo alma, para Hillman (1988) pode ser usado para se referir “ao fator humano desconhecido que torna possível o significado, que transforma eventos em experiências e que é comunicado no amor” (p. 41). Também se refere a uma metáfora da profundidade, da descida em sentido vertical aos significados e da interioridade.

Aos olhos da psicologia analítica, alma, anima e psique são palavras que podem ser usadas intercambiavelmente – mas sem perder o sentido conotativo e metafórico – e que trazem a ideia de que são aquilo que envolve o ser humano e não somente algo que o ser humano tem. Elas também estão em tudo e todos os lugares, na interioridade de todas as coisas. Significam um movimento que situa o homem dentro delas e que revê toda a atividade humana como psicológica. Toda realidade concreta, nessa perspectiva, torna-se também uma realidade psicológica. (HILLMAN, 1988,1993).

No texto “Determinantes psicológicas do comportamento humano”, Jung (1984) reúne fatores que, do ponto de vista de uma psicologia empírica desempenham um papel determinante no comportamento. Sua exposição nos ajuda a compreender um pouco mais sobre a alma humana.

Ele afirma que “os fatores psíquicos que determinam o comportamento humano são sobretudo os *instintos* enquanto *forças motivadoras* do processo psíquico” (p. 51, §233). Os instintos em si são entendidos como fatores unicamente extrapsíquicos ou simples estímulos com a característica da compulsividade. Entretanto, o comportamento instintivo não. Os instintos, ao interagirem com a situação do momento, produzem uma nova estrutura: um instinto modificado, como um fenômeno psíquico, capaz de variações e transformações. Como exemplo, Jung cita a fome: “não somente as reações à fome ordinária podem ser as mais variadas possíveis, como a própria fome pode ser ‘desnaturada’, e mesmo parecer como algo metafórico” (p. 52, §236).

Além da fome, como um instinto de preservação, Jung (1984) distingue outros quatro grupos principais de fatores instintivos, do ponto de vista psicológico, a saber: a sexualidade, como um instinto de preservação da espécie; a atividade, enquanto impulso à ação; o instinto de reflexão e o criativo.

Também ele menciona quatro *modalidades* de funções psíquicas que influenciam o comportamento humano. São elas: o sexo, as disposições hereditárias e a idade. Tratam-se de modalidades *semifisiológicas*, como as chama, mas que possuem da mesma forma o componente psicológico, como se vê ao se considerar que a masculinidade anatômica, por exemplo, nem sempre corresponde à masculinidade psíquica.

Acrescentadas a essas modalidades, ele indica outras três as quais denomina de psicológicas. A primeira diz respeito à identificação da forma de funcionamento

da psique: se é em maior grau consciente ou inconsciente. Quando consciente, sua situação extrema tem como característica “um pronunciado estado de sensibilidade, por uma predominância da vontade, por um desenvolvimento orientado e racional do agir e por uma ausência quase total de determinantes instintivas” (1984, p. 56, §249). Por sua vez, o estado de extrema inconsciência envolve a predominância de processos instintivos e compulsivos.

A segunda modalidade psicológica imprime a direção do processo psíquico, de extroversão ou introversão. Define se os conteúdos conscientes são orientados para objetos externos ou ao sujeito (1984).

Por fim, a terceira modalidade que Jung (1984) define é sobre a origem material ou espiritual de certos conteúdos conscientes, que posteriormente resultam em “sistemas de valor éticos, estéticos, intelectuais, sociais e religiosos que determinam às vezes de maneira decisiva a aplicação final que deverão ter os fatores dinâmicos da psique” (p. 57, §251).

Após discorrer sobre todos esses fatores determinantes do comportamento humano, Jung afirma que a psique é, sobretudo, “uma combinação complicada desses e de muitos outros fatores, apresentando, de um lado, um número infinito de variações individuais, e, do outro, uma tendência a mudar e a diversificar-se, tão grande quanto a primeira” (p. 57, §252).

A psique tem uma tendência a se dissociar em um número infinito de partes ou unidades estruturais, assim como a de separá-las e de possibilitar que certas partes se favoreçam e sejam fomentadas de modo consciente, principalmente aquelas relacionadas aos aspectos socialmente úteis. Dessa forma, a psique desenvolve uma unilateralidade em relação a certos conteúdos, os quais são ditos diferenciados (1984).

A consciência, como um órgão de orientação, possui algumas faculdades mais diferenciadas que outras. Dentre elas, Jung (1984) destaca quatro principais funções: a que é capaz de perceber que algo existe e a chama de *sensação*; a de interpretar o que foi percebido, ou seja, o *pensamento*; a que constata o valor do objeto, ou o *sentimento*; e a que torna possível a determinação espacial e temporal, através da percepção que não pode ser constatada pelas três outras, denominada de *intuição*. A predominância de uma dessas funções gera uma disposição típica também determinante do comportamento. De forma oposta, tudo o que acaba por

não se diferenciar e não se desenvolver de modo consciente, torna-se uma influência inconsciente que perturba as intenções da consciência.

No texto “O significado da constituição e da herança para a psicologia”, Jung (1984) chega à conclusão que ao estudar sobre a disposição orgânica, a psicologia se depara com um outro ponto que não é levado em conta na pesquisa sobre a constituição.

Sobre isso, ele afirma que a formação dos processos psíquicos contém uma certa “repetição das funções que estiveram permanentemente em preparação e foram herdadas com a estrutura do cérebro” (p. 46, §227). Sabe-se que o sistema nervoso e os seus centros condicionam e exprimem a função psíquica e estas estruturas voltam a funcionar exatamente da mesma maneira em todos os indivíduos.

A consciência, em relação a esses processos, é precedida e acompanhada por eles, os quais ainda podem sobreviver a ela. “A consciência é um intervalo num processo psíquico contínuo. (...) O processo psíquico que está na raiz da raiz da consciência é automático” (1984, p. 46, §227).

A esse automatismo, Jung (1984) atribui um aspecto de uniformidade e uma característica inconsciente, na medida em que há uma manifestação sob formas espantosamente idênticas em todos os seres humanos, ainda que suas expressões, as quais se encontram perpassadas pelas consciências individuais, sejam as mais variadas possíveis. Aqui se identifica a universalidade da psique inconsciente e seu caráter arquetípico, os quais têm a capacidade de transcender as diferenças das consciências individuais.

Em relação a essa uniformidade, Jung (1984) ainda fala sobre a perplexidade que ela enseja ao se descobrir que até mesmo as consciências individuais se encontram afetadas por tal uniformidade. Ele cita o teste de associação de palavras realizado pela Dra. Fürst, mencionado anteriormente, e afirma que as maiores concordâncias nas respostas das pessoas se encontram no âmbito das chamadas ideias fantásticas, ou seja, das fantasias mais inconscientes, pois elas são arquetípicas.

Jung também relata que inúmeros esforços foram realizados no sentido de tentar demonstrar a transmissão e a migração desses motivos e símbolos mitológicos que se repetem nas associações, nas fantasias, na loucura, nas artes, ou seja, nas mais diversas expressões humanas, mas que essas tentativas, ainda

que possuam algum valor, são contraditadas “pelo fato de que um mitologema pode surgir a qualquer tempo e em qualquer lugar, sem que houvesse a menor possibilidade de uma tal transmissão” (p. 47, §228).

Ainda que essa citação acima pareça nos distanciar da tentativa de esclarecimento sobre a transmissão psíquica geracional, pois Jung descarta a possibilidade exclusiva da transmissão psíquica no sentido causal no momento em que parece estar falando sobre o tema deste trabalho, uma luz é lançada ao pensarmos nessas explanações de Jung levando em consideração o conceito de arquétipo, pois este nos transporta do aspecto pessoal do que é herdado, para o impessoal: o universal. Ambos são importantes nas transmissões psíquicas geracionais e devem ser considerados.

Além do mais, a ideia de arquétipo nos remete ao fato de que cada relação que fazemos nos modifica por constelar complexos diferentes, não sendo necessário encontrar causas exteriores específicas para cada questão psicológica que nos envolve.

O conceito de arquétipo é algo que deve ser entendido mais como uma metáfora do que algo em si (HILLMAN, 1999). Barcellos (1991) afirma que esse é o conceito mais importante da obra de Jung. Hillman (1999) defende que aquilo que é arquetípico é simplesmente algo humano.

Para Jung (2006), o conceito de arquétipo surgiu a partir da observação de temas bem definidos que se repetiam em diversos mitos e contos universais. Esses temas também são encontrados nas fantasias, nos sonhos e nas ilusões dos indivíduos comuns, bem como em toda parte. Entretanto, só são representados através de imagens arquetípicas, visto que os arquétipos, em si mesmos, não são representáveis, são vazios – por se tratarem de potencialidades - e encerram uma condição preexistente e inconsciente.

De forma simplificada, Barcellos (1991, p. 77) apresenta os arquétipos como “padrões de comportamento e reação frente a situações existenciais, herdados com o inconsciente coletivo⁴. Arquétipo constitui tudo aquilo que é psicologicamente universal, atemporal e predeterminado”.

⁴Jung (1984) se refere ao inconsciente coletivo como uma herança psíquica desde nossos ancestrais, da “família humana”, que todos carregamos conosco e que fazem com que a mente não seja uma tábula rasa no momento de seu surgimento.

Os arquétipos se referem às “disposições herdadas que nos levam a reagir exatamente daquela maneira como sempre reagiram os outros antes de nós” (JUNG, 1984, p. 47, §229), *sem necessariamente* serem o resultado de influências, tradições e estímulos individuais. São parte de um inconsciente coletivo ou universal.

A existência do inconsciente coletivo indica que a consciência individual não é absolutamente isenta de pressupostos. Pelo contrário: acha-se condicionada em alto grau por fatores herdados, sem falar, evidentemente, das inevitáveis influências que sobre ela exerce o meio ambiente. O inconsciente coletivo compreende toda a vida psíquica dos antepassados desde os seus primórdios. É o pressuposto e a matriz de todos os fatos psíquicos e por isto exerce também uma influência que compromete altamente a liberdade da consciência, visto que tende constantemente a recolocar todos os processos inconscientes em seus antigos trilhos. É este perigo positivo que explica a extraordinária resistência que a consciência contrapõe ao inconsciente. (...) o medo instintivo de perder a liberdade da consciência e sucumbir ao automatismo da psique inconsciente (JUNG, 1984, p. 48, §230).

Ao refletir sobre a fala de Jung acima, algumas questões se apresentaram: onde as transmissões psíquicas se encontram aqui? Herdamos arquétipos? Ou herdamos constelações psíquicas? Pelo que é possível entender, herdamos os arquétipos enquanto potencialidades do humano. Sobre as tais transmissões, talvez possamos estabelecer uma correlação direta entre elas e as constelações, sendo estas tanto da psique individual quanto da familiar. Entretanto, as constelações não são explicadas pelo sentido causal, somente, ou como se fossem “passadas” de pai para filho da mesma forma que a genética é. Elas pressupõem uma relação, ou ligação, ou encontro, ou interação significativa – inconsciente e misteriosa, e não necessariamente literal, tal como a convivência direta entre familiares - que desperta certos conteúdos que são chamados aqui de “transmissão psíquica”. No subcapítulo seguinte, o tema das constelações psíquicas será ampliado.

Mas, como entender a consciência a que estamos nos referindo até então? A consciência consta do conjunto de imagens que estão associadas diretamente ao “eu”, de conteúdos psíquicos dotados de intensidade. De forma contrária, os outros conteúdos que não chegaram a adquirir intensidade ou que a perderam, fazem parte do inconsciente. Existe um deslocamento contínuo desses dois tipos de conteúdos, o que caracteriza uma relação de constante troca e de atuação contínua e recíproca

entre o inconsciente e a consciência (JUNG, 2008). “(...) a psique forma um todo consciente-inconsciente” (JUNG, 1984, p. 137, §397).

O início do desenvolvimento da consciência acontece na infância. Não surge como algo completo, mas com certos começos, como se fossem “ilhas de consciência” (JUNG, 1984, 2008b). “Nos primeiros anos de vida quase não se verifica consciência alguma” (JUNG, 2008b, p. 55, §103).

A evidência de processos psíquicos, aqueles de caráter fisiológico e relacionados às funções cerebrais, entretanto, é vista desde muito cedo, porém, estes não estão relacionados a nenhum “eu”, não possuem um centro e nem uma continuidade, sem a qual é impossível a consciência. Essa é uma das razões pela qual a criança pequena não tem uma memória no sentido usual, contínua, ainda que exista uma plasticidade e receptividade para as impressões (JUNG, 2008b).

Somente quando a criança começa a dizer “eu” é que tem por começo a continuidade da consciência, já perceptível, mas por enquanto ainda muitas vezes interrompida. Nesses intervalos se intercalam numerosos períodos de inconsciência. Durante os primeiros anos de vida percebe-se claramente na criança como a consciência se vai formando por um agrupamento gradual de fragmentos. Este processo propriamente nunca cessa no decurso da vida inteira. A partir, porém, da pós-adolescência, torna-se cada vez mais lento, e desde então é sempre mais raro que novas partes da esfera inconsciente venham se juntar à esfera consciente (JUNG, 2008b, p. 56, §103).

Jung (2008b) afirma que durante os dois ou três primeiros anos de vida, a criança se acha como que fundida inteiramente com as condições do ambiente, em um estado inconsciente de si mesma quase que comparado ao estado psíquico animal. Ela vive em “participação mística” com os pais, reagindo prontamente a quaisquer desenvolvimentos importantes que ocorram na psique dos mesmos.

O analista junguiano Erich Neumann, discípulo e colaborador de Jung, elaborou uma teoria que descreve a evolução criativa da consciência humana e seu processo de autolibertação das garras do inconsciente. Para ele, a consciência passa por estágios de desenvolvimento que se organizam numa seqüência ordenada e que determinam todo o desenvolvimento psíquico. São estágios arquetípicos e determinantes inconscientes, os quais além de serem um fenômeno individual particular, também são um fenômeno humano coletivo. “Assim, deve-se considerar o desenvolvimento ontogenético uma recapitulação modificada do desenvolvimento filogenético” (1995, p. 16).

Neuman chamou de “realidade unitária” a fase da primeira infância em que a vida da criança opera numa dimensão mágica. “A psique da criança parece operar como uma inteireza relativamente indiferenciada, um padrão de respostas instintivas, integradas num campo abrangente, onde a separação sujeito-objeto no sentido adulto não tem ainda nenhuma validade” (WHITMONT, 1998, p. 236). Essa realidade unitária vai sendo dissolvida gradualmente, conforme o desenvolvimento do ego vai adquirindo centros de consciência.

Whitmont (1998) explica que o estado de realidade unitária na criança, relacionado à ausência relativa de separação entre o sujeito e o meio ambiente, pode ser comparado ao conceito de “participação mística”, inicialmente desenvolvido por Lévy-Bruhl para explicar a psicologia dos aborígenes. Ele afirma:

O bebê ou a criança age num estado de unidade com tudo o que acontece em torno dele. A criança não é tão influenciada por aquilo que esse meio ambiente faz ou diz, mas pelo que ele é. Mesmo as reações da mãe durante a gravidez podem afetar as reações e o destino da criança e incorporar-se ao seu padrão emocional, como já sugeriu a evidência da regressão hipnótica (WHITMONT, 1998, p. 238).

Jung (2008b) fala sobre uma realidade unitária dentro da família, não somente em relação às crianças. Ele afirma que quando os hábitos psíquicos existentes numa família se repetem entre os membros, chegando quase à identidade, pode-se falar em uma expressão da identidade primitiva, da qual a consciência individual vai se libertando apenas de forma lenta. Está relacionada a uma forma de participação mística que segue rumo a uma independência que supostamente acontece na infância, mas que pode, de forma desastrosa, ser prejudicada em diversos casos, como naqueles em que, por exemplo, os pais insistem em considerar os filhos eternamente como crianças, a fim de não sentirem seu próprio envelhecimento ou de não renunciarem à autoridade e ao poder próprios da paternidade. Neste momento, Jung fala indiretamente sobre a transmissão psíquica geracional que ocorre entre pais e filhos e, ainda, que acontece em todas as famílias.

Em relação ao assunto, Michael Fordham (1994) relembra a tese de Jung de que a vida não vivida dos pais se torna a carga dos filhos, ou seja, “a psicopatologia dos pais é introjetada pelos filhos” (p. 121), mas adverte para o fato desta “fórmula” possuir várias facetas, dependendo do estágio de desenvolvimento em que a influência dos pais mais se faz sentir.

Fordham (1994) também ressalta a proposição de que ao criar um bebê ou um filho, os pais recapitulam a própria infância e, “ao fazê-lo, surge a oportunidade de reviver e resolver com o filho os fracassos ou desvios de desenvolvimento resultantes de seu próprio passado” (p. 121). O dano que pode resultar ao filho, nesse caso, advém do fato dessa tentativa fracassar, devido à impossibilidade que se coloca de modificar a vida afetiva dos pais e pela persistência de uma situação traumática que se repete e, como afirma o autor, representa um reforço contínuo.

No texto “Introdução à obra de Frances G. Wickes ‘Análise da alma infantil’”, do vol. XVII das Obras Completas (O desenvolvimento da Personalidade), Jung (2008b) aponta que um fator que atua de forma mais intensa na psique da criança é a vida que os pais ou antepassados não viveram. “Trata-se pois de uma parte da vida que – numa expressão inequívoca – foi abafada talvez com uma mentira piedosa. É isto que abriga os germes mais virulentos” (p. 47, §87).

Para Jung (2008b), os filhos estão muito mais suscetíveis à influência dos fatores inconscientes dos seus pais, do que dos conteúdos conscientes. Não há nas crianças uma diferenciação suficiente que lhes permita separar claramente o “eu” do restante dos acontecimentos e ocorrências. Além, disso, por mais que os pais ofereçam uma ideia de que podem ser mais ou menos controlados pelo esforço ou pela moral, os fatores inconscientes têm um efeito incontrollável e muitas vezes assustador sobre os pais. Quando isso é constatado, sobrevém uma grande incerteza moral diante dos reais conteúdos inconscientes que os assolam e que são de certa forma irrefreáveis. Em relação a essa forte influência sentida pelos filhos, Jung (2008b) propõe, então, que os pais passem a considerar os sintomas dos filhos a partir de seus próprios problemas e conflitos e a ordenar suas próprias vidas de forma que não ocasionem mais danos.

Numa família, Jung também nos lembra que muitas vezes apenas um dentre vários filhos reage no sentido de uma identidade marcante no que diz respeito ao inconsciente dos pais. Esse fato destaca o quão relevante é a disposição específica de cada um para reagir ao ambiente ou aos mitos familiares. A causalidade psíquica entre pais e filhos é algo inegável e reforçada pelo conceito da hereditariedade, mas precisa passar pela análise do “caso a caso” nas situações terapêuticas e nos contextos educacionais, a fim de evitar o descuido sobre o fato prático da influência parental e de evitar uma posição mais ou menos fatalística que fale sobre uma impossibilidade de evolução diante da massa hereditária (JUNG, 2008b). A

causalidade, para a Psicologia Analítica, é um dos princípios explicativos, mas não o único.

Em “Memórias, sonhos e reflexões” (2006, p. 273), Jung conta que enquanto trabalhava em sua árvore genealógica compreendeu a estranha comunhão de destinos que o ligava a seus antepassados. Ele afirmou:

Tenho a forte impressão de estar sob a influência de coisas e problemas que foram deixados incompletos e sem resposta por parte de meus pais, meus avós e outros antepassados. Muitas vezes parece haver numa família um carma impessoal que se transmite dos pais aos filhos. Sempre pensei que teria de responder a questões que o destino já propusera aos meus antepassados, sem que estes lhes houvessem dado qualquer resposta; ou melhor, que deveria terminar ou simplesmente prosseguir, tratando de problemas que as épocas anteriores haviam deixado em suspenso. Por outro lado, é difícil saber se tais problemas são de natureza pessoal ou de natureza geral (coletiva). Parece-me ser, este último, o caso. Enquanto não é reconhecido como tal, um problema coletivo toma sempre a forma pessoal e provoca, ocasionalmente, a ilusão de uma certa desordem no domínio da psique pessoal. Efetivamente, tais perturbações ocorrem na esfera pessoal, mas não são necessariamente primárias: são secundárias e recorrem de uma mudança desfavorável do clima social. Nesse caso, portanto, não se deve procurar a causa da perturbação na ambiência pessoal, mas sim na situação coletiva.

Jung (2008b) também reflete sobre o quanto de culpa deve ser realmente atribuído aos pais, nesses casos, pois muitas vezes se trata mais do “pecado original” ou de uma falta contra a vida do que de “uma falta contra a moral construída pelos homens” (p. 47, §88). Os pais devem ser vistos como filhos dos avós, de um modo menos excessivamente pessoal, pois entra-se aqui mais de uma questão coletiva do que da causalidade pessoal entre pais e filhos, a qual é explicada a partir das influências do ambiente.

Quando Jung escreveu sobre “sincronicidade” (OC, vol. VIII/3, 1985a), ele o fez a partir da necessidade de designar um fator de explicação diferente do causal nos casos em que é não possível encontrar nenhum tipo de nexos entre causa e efeito. Para ele, existe um perigo em atribuir uma causa desconhecida para casos em que não existem causas. Aponta que a explicação causal, cientificamente possível, fracassa em determinadas situações por causa da relativização psíquica do espaço e do tempo, os quais são condições absolutamente necessárias para que haja a conexão entre causa e efeito. Precisamos lembrar que, ao falarmos sobre o aspecto inconsciente da psique, a temporalidade e a espacialidade também são relativas e diferentes da consciência.

Jung afirma que os fenômenos sincrônicos são coincidências significativas que apontam para uma correspondência entre um acontecimento psíquico e um físico, algo que acontece no mundo externo, como por exemplo, quando um sonho, visão ou premonição parecem ter uma correspondência na realidade exterior (a premonição se mostrou “verdadeira”, no caso). Também se referem a “sonhos, idéias análogas, ou idênticas que ocorrem em lugares diferentes, sem que a causalidade possa explicar umas e outras manifestações (2006, p. 494).

Acima de tudo, ele aponta que esses fenômenos parecem ter relação com processos arquetípicos do inconsciente (2006). Ao ampliarmos o tema deste trabalho, das “maldições familiares”, fomos nos deparando com o fato de as explicações causais não abarcarem toda a gama de situações que envolvem o assunto. Talvez nesse momento seja possível tentar estabelecer uma relação com o conceito de sincronicidade proposto por Jung, o que não significa uma obrigatoriedade da relação, tal como um ajustamento ao “leito de Procrusto” quando a causalidade não se aplica. A sincronicidade aparece neste trabalho como mais uma possibilidade de explicação para as transmissões psíquicas.

Em “Fundamentos da Psicologia Analítica” (OC, vol. XVIII/1, 1985b), Jung afirma que a tendência do pensamento ocidental é desconsiderar a relatividade do princípio causalista. Isso reduz os fenômenos em partes a serem analisadas separadamente. Jung utiliza o termo oriental “Tao” para fazer uma analogia com a sincronicidade e traz um exemplo que ajuda a compreender a sua ideia. Conta que o seu amigo e psiquiatra americano McDougall perguntou a um aluno chinês o que era o Tao. O aluno lhe explicou, mas o professor disse que não havia entendido. O chinês então o levou até a janela e perguntou o que estava vendo, no que o professor respondeu “rua, casas, bonde, gente andando, movimento”, etc. O aluno abriu os braços e disse: “- isso é Tao!”. Jung afirma que utiliza o termo sincronicidade para descrever isso, o “tudo”, apesar de que considera a sua palavra ainda pobre. Ele afirma:

É mais ou menos assim: a gente está na praia e as ondas trazem um chapéu velho, um sapato, uma caixa, um peixe morto, que ficam ali na areia. Olhamos e dizemos: “acaso. Mera bobagem”. O chinês pergunta: “o que significam todas essas coisas juntas?”. A mente oriental trabalha com este *estar junto* e *chegar junto*, no mesmo instante; tem um método experimental desconhecido no Ocidente, mas que desempenha um grande papel na filosofia oriental; ele permite antever as possibilidades (...). (JUNG, 1985b, p. 64, §144).

É exatamente nesse sentido que podemos pensar também as transmissões psíquicas: elas se referem a algo que acontece junto, com vários familiares, e se referem a algo significativo.

Em “Sincronicidade” (OC, vol. VIII/3, 1985a), Jung aponta que ela é tão enigmática e misteriosa quanto as descontinuidades da Física, e que é a crença tão arraigada no princípio absoluto da causalidade que dificulta o entendimento das coisas e a possibilidade da existência de acontecimentos “acausais”. Se estes últimos existem, “devemos considerá-los como *atos de criação* no sentido de uma *creatio continua* (criação contínua)⁵ de um modelo que se repete esporadicamente desde toda a eternidade, e não pode ser deduzido a partir de antecedentes conhecidos” (p. 82, §957).

Nesse sentido, ao falar sobre o arquétipo materno, em “Os arquétipos e o inconsciente coletivo” (OC, voll. IX/1, 2008c), Jung apresenta uma outra explicação, além da causalista, para os fenômenos que ocorrem numa família. Ele afirma “que não é apenas da mãe pessoal que provém todas as influências sobre a psique infantil, mas é muito mais o arquétipo projetado na mãe que outorga à mesma um caráter mitológico e com isso lhe confere autoridade e até mesmo numinosidade” (JUNG, 1938, p. 93). Isso significa que os efeitos “traumáticos” da mãe sobre a psique da criança se dão através de duas formas: das características e atitudes que existem realmente na mãe pessoal e, das projeções de tipo fantasioso ou arquetípico que a criança faz. Expandindo a questão, pode-se afirmar que em todos os tipos de relações, inclusive nas familiares, há sempre algo de fantasioso ou arquetípico projetado nas imagens pessoais que cada um formula para si sobre as pessoas e situações.

É caso, por exemplo, de um filho, com uma mãe absolutamente presente e amorosa, que a percebe como alguém que o rejeita em todas as situações por ele vivida. Ainda que essa mãe pessoal tenha em algum momento específico da vida do filho provocando uma rejeição, a imagem da mãe que rejeita o tempo todo não se sustenta, nesse caso, se considerada sua conduta de uma forma causal. Entretanto,

⁵ Por criação continua ele não se refere somente a uma criação por uma série de atos sucessivos, “mas também a presença eterna de um só ato de criação, no sentido de (...) Deus foi sempre o Pai e gerou sempre o Filho. (...) Deus está presente na sua criação” (1985a, p. 82). Um princípio criador está presente nos acontecimentos.

o tema do filho rejeitado está constelado na psique do filho como uma das inumeráveis facetas do arquétipo materno.

Jung (2008b) adverte que tratar a atuação dos pais como causa dos problemas que são refletidos na alma da criança pode levar a uma má interpretação que tem como consequência travar uma causalidade equívoca por considerar a questão de um modo excessivamente pessoal. “Na maior parte das vezes trata-se muito mais de uma índole moral (*ethos*) marcada pelo destino e que se situa além do que é possível à capacidade humana consciente” (p. 47, §90). Esse *ethos* tem uma função compensatória do destino, “que cuida de abaixar o que é alto demais e de levantar o que é demasiado baixo” (p. 47, §90). Ele pode ser observado como no exemplo trazido por Jung, naquelas famílias em que se encontram manifestações criminosas surgidas em filhos de pais honrados e excelentes. Nesses casos, Jung adverte que a psicoterapia e a educação de nada adiantam, a menos que, quando usadas “de acordo com a sã razão”, possam “contribuir para que seja concluída devidamente a tarefa vital imposta pela índole moral (*ethos*)” (p. 47, §90).

Além disso, a relação de causalidade tratada entre pais e filhos não pode explicar toda a individualidade da criança. Toda a árvore genealógica deve ser considerada ao se tratar do assunto. “É essa ascendência genealógica que determina a individualidade da criança de maneira mais eficiente do que propriamente os pais imediatos, que o são apenas de modo quase que fortuito” (JUNG, p. 48, §94).

Por isso também a verdadeira individualidade psíquica da criança é algo de novo em relação aos pais, e não se pode ser deduzida da psique deles. Ela é uma combinação de fatores coletivos, os quais na psique dos pais se encontram apenas potencialmente presentes, e em geral nem são observáveis. Não apenas o corpo da criança, mas também sua alma, provém da série dos antepassados, no sentido de que ela pode ser distinguida individualmente da alma coletiva da humanidade (JUNG, p. 48, §94, grifo da autora).

Em relação a essa individualidade psíquica que Jung menciona acima, podemos estabelecer um paralelo com o desenvolvimento da personalidade. Ele afirma no texto “Da formação da personalidade” (OC, vol. XVII), que a personalidade representa a totalidade do ser humano, a realização máxima da sua índole inata e específica e, sua afirmação absoluta. Está ligada a uma grande liberdade de decisão própria e a um ideal inatingível, o qual, entretanto, indica o caminho a ser percorrido.

Ela “se desenvolve no decorrer da vida, a partir de germes, cuja interpretação é difícil ou até impossível; somente pela nossa ação é que se torna manifesto quem somos de verdade” (JUNG, 2008b, p. 77, §289).

Sua reflexão sobre a personalidade é desenvolvida no contexto sobre a educação escolar, a qual, segundo Jung (2008b), não deveria se preocupar em educar as crianças para a personalidade, pois isso seria aplicar um elevado ideal de pessoa adulta que não deve ser atribuído à criança, e que deve ser pensado à luz da criança eterna que existe dentro de cada adulto. Para haver personalidade são necessárias três características próprias da idade adulta, sendo elas a determinação, a inteireza e a maturidade.

Os germes da personalidade já se encontram na criança, mas ela só se desenvolverá aos poucos, a partir das experiências da vida e da necessidade. A natureza humana “é imensamente conservadora, para não dizer inerte. Só a necessidade mais premente consegue ativá-la” (JUNG, 2008b, p. 178, §293). E é a coação de acontecimentos internos e externos que motivam tal necessidade, a qual acaba por considerar um determinado caminho como o melhor. Este caminho precisa ser escolhido por uma decisão consciente e moral, caso contrário, a pessoa acaba por se deixar conduzir pelo caminho da convenção social, que é um método, é coletivo e inconsciente, e não uma forma de chegar ao desenvolvimento do si mesmo, da totalidade.

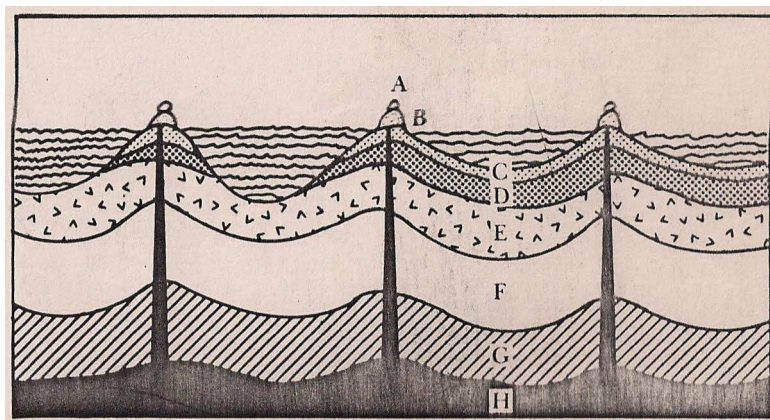
Essa questão aponta para o problema da diferenciação em relação à coletividade. Quando nos propomos a falar neste trabalho sobre as transmissões psíquicas geracionais, falamos sobre uma forma de indiferenciação – mas com diferentes graus de consciência - que ocorre entre os membros de uma família, chegando a adquirir um caráter de maldição ou de benção, dependendo do ponto de vista adotado.

Jung (2008b, p. 195, §326), afirmou: “para tornar-me consciente de mim mesmo, devo poder distinguir-me dos outros”. Sendo que estes outros devem ser considerados tanto no sentido literal – outras pessoas – quanto simbólico – as outras pessoas introjetadas, projetadas, imaginadas dentro de mim, que representam todos os outros que moram dentro de mim e que são partes de mim mesmo.

Como visto até aqui, muitas são as influências ou forças que atuam sobre a constituição da psique. Jung faz reflexões sobre várias perspectivas em relação ao assunto. Seus escritos, ao longo da sua obra, adquirem tonalidades diferentes ao

analisar cada uma dessas facetas ou forças que constituem a psique, entretanto, é exatamente essa multiplicidade de pontos de vista o que a caracteriza, ou ainda, o que caracteriza a alma humana.

Um diagrama desenhado por Jung, no livro *“Analytical Psychology: notes of a seminar given in 1925”* (1991, p. 133), mostra a complexidade, ou melhor, a geologia da personalidade, com todos os estratos que a formam e a influenciam, o que contribui para a compreensão sobre a psique humana e ilustra muitos aspectos trazidos neste subcapítulo.



- A= Indivíduos
- B= Famílias
- C= Clãs
- D= Nações
- E= Grande Grupo (Europeus, por exemplo)
- F= Ancestrais Primatas
- G= Ancestrais animais em geral
- H= “Fogo Central”

Figura 02

A analogia utilizada na figura representa os indivíduos como cumes de montanhas que saem do mar. A primeira conexão entre certos indivíduos é a da família. Em seguida, encontram-se os clãs que unem um certo número de famílias. Depois, as nações que unem grupos ainda maiores. Após estas, vêm uma parte denominada “grande grupo”, o qual conecta nações, como os “europeus”. E, abaixo de todos esses, pode-se encontrar o que poderia ser chamado de o grupo dos primatas, incluindo os “ancestrais primatas”, os animais ancestrais em geral e, por

fim, aquilo que Jung chama de “*central fire*”, que poderia ser traduzido por “fogo central” e está relacionado à energia e ao valor afetivo dos arquétipos⁶.

A escritora brasileira Clarice Lispector, no livro “A paixão segundo G. H.” (1964), escreve:

...há impossibilidade de ser além do que se é -
no entanto eu me ultrapasso mesmo sem o delírio,
sou mais do que eu, quase normalmente -
tenho um corpo e tudo que eu fizer é continuação
de meu começo.....
a única verdade é que vivo.
Sinceramente, eu vivo.
Quem sou? Bem, isso já é demais...

Clarice Lispector

2.2 AS CONSTELAÇÕES FAMILIARES E O CONTÁGIO PSÍQUICO

No tema das transmissões psíquicas e das maldições familiares a tensão entre o psiquismo familiar e o individual se faz presente a todo momento. Distinguir o que se trata do individual, do familiar e do coletivo pode ser uma tarefa impossível. Precisamos olhar para esses aspectos como uma unidade.

Para a psicologia sistêmica, a família é vista como um organismo vivo e, portanto, que possui um dinamismo próprio, o que não significa a soma das características de todos os seus membros, mas um novo todo (PACCOLA, 1994; BOECHAT, 2005).

Dessa forma, torna-se possível pensar que a família possui também uma psique, ou ainda, uma alma familiar, com conteúdos psicológicos, processos de diferenciação, personificações, imaginário e sintomas próprios, do mesmo modo que entende-se uma psique individual.

⁶ Jung (1985a, p. 15, §841) afirma que os arquétipos possuem uma carga específica por desenvolverem efeitos numinosos que se expressam como afetos. Estes produzem um rebaixamento parcial do nível da consciência, manifestado através de da diminuição do sentido de orientação, pois ao mesmo tempo em que “eleva um determinado conteúdo a um grau supranormal de luminosidade, retira também tal quantidade de energia de outros conteúdos possíveis da consciência (...)”. Enquanto o efeito do arquétipo sobre a consciência está atuando, o inconsciente encontra uma oportunidade favorável para se ocupar do espaço que está vazio. “Verificamos, quase de maneira regular, que conteúdos inesperados ou comumente reprimidos e inconscientes irrompem e encontram expressão no afeto”, o que corresponderia ao “*central fire*” da figura 01.

Jung, ao apresentar o teste de associação de palavras realizado pela sua aluna Dra. FÜRST (vol. II, OC, Estudos experimentais, 1995), descreve-o dentro de um capítulo intitulado “A constelação familiar”. Ele sugere que a família possui conteúdos psíquicos que são ativados e vivenciados pelos familiares, exercendo uma influência muito grande nos envolvidos. Isso é verificado através dos resultados da pesquisa, que mostraram que familiares apresentam muitas semelhanças nas suas respostas de associações. Para Jung, os conteúdos psíquicos são constelados nos familiares numa espécie de contágio.

A constelação é um termo utilizado para exprimir o fato de que uma situação exterior – um acontecimento, palavra, enfim, um estímulo específico – desencadeia um processo psíquico, o qual consiste de uma aglutinação e atualização de certos conteúdos psíquicos. Trata-se de um processo automático, que ocorre independentemente da vontade consciente do indivíduo, e que o coloca numa atitude “preparatória e de expectativa, com base na qual reagirá de forma inteiramente definida” (1984, p. 29, §198).

Ou seja, quando um conteúdo psíquico está constelado, todas as atitudes do indivíduo encontram-se em relação a esse conteúdo, como se uma mesma referência estivesse sendo usada para avaliar e vivenciar todas as situações. Quando, por exemplo, está constelado um conteúdo relacionado ao poder, todas as reações da pessoa estarão determinadas conforme esse conteúdo, de forma que ela agirá a perceberá todas as situações a sua volta como um jogo de poder. Isso pode acontecer não somente em uma pessoa, mas em várias pessoas que se relacionam, como numa família.

Ainda que Jung afirme que a constelação seja desencadeada por uma situação exterior, podemos nos perguntar o que explicaria o fato de um determinado estímulo – e não tantos outros – desencadear naquele momento um determinado conteúdo psíquico – e não tantos outros. Ainda que possam haver explicações coerentes, tais como a compensação dos opostos, a individuação, entre outros, a constelação carrega consigo pontos obscuros da alma humana.

Conforme é possível imaginar a partir dos escritos de Jung e da prática pessoal, os conteúdos psíquicos que são constelados e se tornam contagiantes fazem parte tanto das psiques individuais quanto da psique da família. No primeiro caso, pode ser encontrado o início de uma constelação que sai da dimensão individual e, por contágio, passa a fazer parte da família. É o ponto de início, que

pode ser marcado por um trauma ou experiência marcante, quando um determinado membro inicia um movimento que se repete. Por exemplo: um indivíduo vivencia a experiência da traição – literalmente ou simbolicamente – e passa a se relacionar com todos a sua volta a partir dos sentimentos despertados por essa experiência. Assim, seus sucessores dão continuação a essa vivência, comportando-se como traídos – literalmente ou simbolicamente também. Todo agrupamento forma um campo.

No caso do contágio de um conteúdo pertencente à psique da família, pode ser difícil, muitas vezes, encontrar explicações nas relações individuais ou alguma coerência em referência ao ambiente familiar. Este último caso é visto, por exemplo, quando um membro de características sociopatas é encontrado em uma família de pessoas de grande senso moral e boa índole. O conteúdo aí constelado nessa família e que envolve todos os membros pode ter mais conexão com a alma familiar do que com as individuais, se é que é possível estabelecer tal divisão didática, considerando-se o movimento dialético que envolve tudo isso. Nesse ponto é possível pensar nos membros familiares como pequenos personagens dentro de uma trama maior, a qual está conectada profundamente à alma da família. É talvez justamente nesse ponto que a reflexão de Jung sobre o *ethos* de uma família encontre um sentido mais direto.

Jung (1995) concluiu que aquilo que exerce maior influência sobre o caráter da pessoa *em formação* é mais a atitude emocional, pessoal e inconsciente de pais e educadores, as quais se revelam, por exemplo, através de uma desarmonia latente, uma preocupação secreta, ou ainda desejos secretos e reprimidos, os quais produzem nas crianças estados emocionais reconhecíveis que penetram aos poucos inconscientemente em suas psiques, “levando às mesmas atitudes e, portanto, às mesmas reações aos estímulos do ambiente” (p. 485, §1007). É como se as crianças imitassem os gestos de seus pais, os quais reproduzem os seus estados emocionais e, com isso, estes gestos imitativos vão produzindo aos poucos um estado emocional semelhante dentro delas. Novamente isso explica a “herança psíquica” desvinculada da biologia.

O contágio familiar pode exercer influência inclusive sob a psique adulta e Jung (1995) exemplifica esse fato ao citar os casos de filhas de alcoólatras que se casam com alcoólatras, da mesma forma que suas mães. Jung afirma que não lhe faltam subsídios para pensar a questão da determinação do destino pela influência

do meio ambiente familiar. O que costuma ocorrer, segundo ele, é que as pessoas têm a impressão de que essas questões lhes são evidentes internamente, e com isso os indivíduos acabam por não vê-las, continuando sob a poderosa influência e atribuindo tudo ao caráter hereditário (este no mesmo sentido de genético, causalista, conforme entendo).

No texto “Determinantes psicológicas do comportamento humano”, Jung (1984), ao falar sobre as disposições hereditárias, afirma que muito do que é interpretado como hereditariedade em seu sentido estrito se refere a um fator determinante da raça ou da família que foi reprimido por uma superestrutura psicológica, sendo proveniente de uma espécie de contágio psíquico e consistindo em uma adaptação da psique infantil ao inconsciente dos pais (p. 55, §248).

Esse fator reprimido pode ser pensado como aquilo que é transmitido sem ser falado, que é repetido e atuado sem consciência. Jung tenta novamente aqui mostrar que o que é herdado com a sucessão das gerações tem algo de psicológico que é constelado. A alma é atemporal.

Isso explicaria o fato de crianças adotivas apresentarem sintomas e questões que fazem parte da nova família, mas que estão presentes nesta desde gerações anteriores. São transmissões psíquicas que independem de uma hereditariedade em seu sentido biológico. Isso é visto quando, por exemplo, uma criança adotiva manifesta alguma doença física, ou mesmo psicológica, de caráter muito específico, que diversos outros membros da família adotiva também possuem. É pouco provável que esse fato seja explicado somente por uma coincidência. A complexidade da psique humana é suficiente para criar essas conexões inconscientes.

O contágio psíquico pode ser ampliado em diversas direções. A mais fácil de ser observada se refere às gerações no sentido vertical, de sucessores e antecessores, como pais e filhos; no sentido horizontal, entre pessoas da mesma geração, como irmãos; e inclusive entre casais. É fácil observar o quanto irmãos vão se tornando parecidos naquilo que chamamos de “jeito de ser”, nos gostos, nos desejos. É também notável o quanto casais com o passar tempo assumem gestos, reproduzem palavras parecidas, compartilham mesmas idéias e estabelecem objetivos de vida semelhantes. Ao nos relacionarmos, vamos nos transformando. Entretanto, esses exemplos revelam aspectos das camadas mais superficiais do contágio psíquico que ocorre entre familiares, sendo que existem conteúdos mais

inconscientes, impessoais, enraizados e que se relacionam com outros tantos conteúdos psíquicos.

Horschutz (2009) também nos traz uma reflexão que pode contribuir para pensar sobre como o contágio psíquico ocorre. Ela afirma que os pais costumam ter uma obstinada esperança de que seus descendentes tenham uma vida melhor e se concentram na busca pela qualidade de vida, deixando de se fixar nas dificuldades e nas dores vividas. Essa busca tem a intenção de ajudar as futuras gerações, mas:

(...) querer a perfeição para os filhos, desejar que eles sejam e vivam tudo que eles, como pais, gostariam de ter sido e vivido é, na verdade, apossar-se da vida dos filhos, não lhes deixando a possibilidade de serem e de fazerem suas próprias escolhas (p. 37).

Do ponto de vista da transmissão dos antecessores para os sucessores, esta ideia reflete o desejo inconsciente da imortalização pela prole e um egocentrismo exacerbado, que aprisiona os filhos para que os pais se sintam amados e envaidecidos. “Trata-se de uma manipulação com ‘boas intenções’, pois eles transferem seus destinos para os filhos, impondo-lhes um fardo que os impedirá de ter sua identidade própria” (HORSCHUTZ, 2009, p. 37). Essa “receptividade” dos conteúdos dos pais pelos filhos tem uma importante função na formação do eu, mas o sucessor deve aos poucos ir podendo se desvincular dos desejos inconscientes que o amarram e o impedem de encontrar o seu próprio caminho.

Jung afirmou: “como são contagiantes os complexos dos pais, deduz-se dos efeitos que suas singularidades produzem nos filhos” ⁷ (2008b, p. 58, §107, grifo da autora). Mas o que são esses complexos que contagiam psiquicamente e se relacionam ao tema da transmissão?

O analista junguiano Edward Whitmont, em “A busca do símbolo” (1998), escreve de forma clara sobre o que são os complexos e de que forma atuam, fornecendo subsídios para melhor entendermos o contágio psíquico, na medida em que o complexo possui duas dimensões, assim como as transmissões contagiantes: uma pessoal e uma arquetípica.

Segundo o autor, os complexos podem ser entendidos como os elementos estruturais da psique objetiva - ou inconsciente coletivo, assim como o arquétipo é o elemento central do complexo. Um complexo “é um conjunto autônomo de impulsos

⁷ Entretanto, não necessariamente os filhos terão constelados os mesmos complexos dos pais. Novamente, a relação não é apenas causal.

agrupados em torno de certos tipos de ideias e emoções carregadas de energia” (p. 53). Eles são os conteúdos psíquicos que são constelados na psique.

A manifestação de um complexo, ou a sua constelação, é percebida nos momentos em que o indivíduo se encontra como se estivesse sendo dirigido por uma personalidade autoritária ou, como se não pudesse estabelecer relações conscientes entre elementos impulsionadores de determinados atos e comportamentos e a motivação do ego. Os complexos são autônomos e a constelação independe da vontade própria.

Segundo Jung (1984, p. 31, § 201), um complexo afetivo:

É a imagem de uma determinada situação psíquica de forte carga emocional e, além disso, incompatível com as disposições ou atitude habitual da consciência. Esta imagem é dotada de poderosa coerência interior e tem sua tonalidade própria e goza de um grau relativamente elevado de *autonomia*, vale dizer: está sujeita ao controle das disposições da consciência até um certo limite, e por isto, se comporta, na esfera do consciente, como um *corpus alienum*, [corpo estranho], animado de vida própria.

Uma das características do complexo, conforme Whitmont (1998), é o estado de indiferenciação a que ele remete, na medida em que o indivíduo não consegue se separar dos elementos impulsionadores por se achar impedido de reação ou escolha consciente. Trata-se de um estado de identidade, sendo esta entendida do mesmo modo que o estado inconsciente, como o do recém-nascido.

À medida que nos desenvolvemos, o ego gradualmente se separa e emerge dessa identidade com os impulsos originais não estruturados. Na verdade, o que costuma ser chamado de desenvolvimento do ego é a separação entre um centro do consciente e o mundo dos impulsos (WHITMONT, 1998, p. 53).

É por essa razão, dentre outras, que é difícil para uma criança se diferenciar do estado psíquico inconsciente de seus pais. Através do desenvolvimento da sua individualidade e autonomia psíquica é que ela vai, aos poucos, ganhando condições para efetuar essa diferenciação, a qual nem sempre ocorre de maneira satisfatória. Muitas vezes, esse estado psíquico infantil permanece ao longo de toda a vida do indivíduo em relação a alguns aspectos.

Neste ponto, entretanto, não se pode analisar esses aspectos indiferenciados, ou mesmo transmitidos, somente como pontos negativos. Existem características

brilhantes que passam através de diversas gerações e que são muito construtivas no sentido do desenvolvimento da personalidade.

A constelação faz parte do funcionamento psíquico e revela os conteúdos presentes naquele determinado momento. A condição humana psíquica inicial é em si mesma inconsciente e tem a possibilidade de se tornar consciente através das constelações e projeções sobre o mundo real. Disso também se pode concluir que nem todos os complexos são negativos. Eles podem despertar tanto cargas afetivas carregadas de ira, raiva e outros sentimentos semelhantes, quanto podem acordar sentimentos de paixão e admiração que levam a potenciais positivos antes não percebidos (WHITMONT, 1998).

De acordo com Whitmont (1998), Jung descrevia dois aspectos do complexo: uma casca e um núcleo. Sobre a casca, ele se referia à “superfície que imediatamente se apresenta como o padrão peculiar de reação, dependente de uma rede de associações agrupadas em torno de uma emoção central e adquirido individualmente” (p. 59). A casca é formada por acontecimentos e traumas da infância, por repressões e dificuldades, e remete ao passado e à história pessoal do indivíduo. Pode ser analisada sob a ótica da causa e efeito. Seus conteúdos fazem parte do chamado inconsciente pessoal, que se distingue do conceito de inconsciente coletivo.

É quando se propõe a falar do núcleo do complexo que a psicologia analítica se distancia do pensamento da psicanálise, segundo Whitmont (1998). Também é nesse ponto que os importantes estudos psicanalíticos sobre a transmissão psíquica geracional encontram um limite.

Para o autor, ainda que seja fundamentalmente importante o fato de devermos compreender em termos de fatores ambientais passados os condicionantes dos nossos complexos, essa compreensão por si só não impede o complexo de operar, mesmo que ela ocorra através de um esforço máximo de precaução e disciplina. Pode ocorrer uma mudança na atitude consciente, como acontece na sublimação, em que a energia que flui para dentro da área problemática tem a possibilidade de ser drenada para outras áreas.

Entretanto, Whitmont (1998, p. 61) coloca que “esse estado está muito aquém daquilo que é possível através da transformação do núcleo do complexo, e esse é o objetivo ideal da análise junguiana”. A transformação aqui referida diz respeito a uma mudança no próprio inconsciente.

Aparentemente, a carga energética do complexo que é responsável pelo seu perturbador efeito de campo, origina-se em outro lugar, não na camada pessoal, já que o efeito não cessa quando a consciência o encontra apenas nesse nível (WHITMONT, 1998, p. 61).

É então nesse ponto que entra o conceito do núcleo do complexo, que é o padrão universal chamado de *arquétipo* do inconsciente coletivo, ou ainda, padrões mitológicos da psique. Eles se referem a um aspecto formal do complexo, como Jung preferiu chamar, que se expressa, entre outras coisas, por imagens autônomas de fantasias, como as oníricas, que podem ser encontradas em diferentes épocas e em diferentes culturas e, em atitudes emocionais e respostas de ação. Esses aspectos podem ser entendidos para Whitmont (1998, p. 62) como “tendências pré-formadas para modos típicos de reação” humana, as quais são correspondentes aos instintos.

Através da compreensão da casca e do núcleo do complexo é que pode haver de fato alguma transformação. Da mesma forma, as transmissões psíquicas geracionais que ocorrem numa família e que parecem estabelecer destinos também precisam ser olhadas nas duas dimensões: a pessoal e a coletiva.

Muitas foram as críticas feitas sobre Jung em relação à aplicabilidade da sua teoria do arquetípico, segundo o que conta Whitmont (1998). Entretanto, Jung deixou claro que não se trata de priorizar o aspecto do núcleo do complexo em relação aos aspectos pessoais, ou ainda, que isso não é um problema de histórico pessoal *versus* histórico ancestral universal, mas sim, que ambos devem ser olhados e trabalhados, primeiro um e depois o outro ou ambos entrelaçados.

Apenas quando o pessoal (o ontogênico) foi completamente explorado é que o núcleo arquetípico do complexo pôde de fato ser atingido, porque a casca pessoal é forma pela qual o eterno tema mitológico se encarna e se faz sentir na nossa vida pessoal ou na nossa natureza pessoal (p. 62).

Segundo Whitmont (1998), sem o pessoal não há nada de *real* que possa ser trabalhado, entretanto, este deve ser visto em termos simbólicos, a fim de que possa ser alcançado no complexo o seu poder impulsionador e seu significado, ou seja, aquilo que é fonte de energia e que deve ser transformado.

Jacobi, citado por Whitmont (1998), exemplifica a questão de atingir o núcleo: “o indivíduo não é mais confrontado com sua própria mãe, mas com o arquétipo do

‘maternal’” (p. 64), ou ainda, quando um filho consegue compreender que seu desejo da morte do pai e de vingança não está mais no plano da culpa individual, mas se trata de um problema de libertação em relação ao pai, isto é, a um princípio dominante do consciente que não é mais adequado ao filho.

Entender como são os complexos e de que forma agem colabora para um maior entendimento das transmissões. Jung (2008a, p. 39, §62) afirma que os arquétipos “são complexos de vivências que sobrevêm aos indivíduos como destino e seus efeitos são sentidos em nossa vida mais pessoal”. As analogias da casca e do núcleo mostram que existem sempre dois aspectos a serem considerados: um pessoal e um arquetípico. Da mesma maneira, os mitos que envolvem uma família também possuem esses dois aspectos, necessariamente, e ter essa compreensão contribui para um maior grau de conscientização facilitador do rompimento do processo contagioso que ocorrem entre os membros.

Podemos dizer que nossos complexos são as cartas que o destino nos deu; é com essas cartas, e não com outras, que ganhamos ou perdemos o jogo, e, se agimos como se não as tivéssemos ou se pedimos cartas diferentes, somos derrotados antes de começar (WHITMONT, 1998, p. 65).

3. OS MITOS FAMILIARES: BENÇÃOS, MALDIÇÕES E DESTINOS

O mito grego de Édipo apresenta uma história de maldição familiar, assim como muitos outros mitos. Se pensarmos na mitologia grega, não há como separar as histórias individuais, ou destinos, das histórias familiares.

Na versão de Sófocles, foi dito que logo ao nascer o menino Édipo já carregava consigo a maldição. Sinteticamente, Brandão (1991) nos conta a partir de Sófocles (em *Édipo Rei*):

Laio era rei de Tebas e casado com Jocasta. Certa vez o oráculo de Apolo, em Delfos, predisse que a criança que a esposa estava esperando mataria o próprio pai. Laio, entretanto, decidiu ter o filho assim mesmo, mas tratou de livrar-se do recém-nascido, ligando os pés do menino e mandando expô-lo num monte deserto, o Citerão. Um pastor de Corinto recolhe a criança do monte. Édipo é então entregue

à Pólipo e Mérope e é criado pelo casal, que não tinha descendentes, na corte de Corinto. Sua infância e adolescência foram ditas tranqüilas. Édipo seria o futuro sucessor de Pólipo à corte do reino. Entretanto, num banquete e após ingerir muito vinho, um convivas o chamou de filho postiço. Seus pais demonstraram indignação diante do insulto, mas Édipo não se conformou e partiu às escondidas para Delfos. Lá, no templo sagrado de Apolo, ouve da sacerdotisa Pítia, ao ser expulso do local, que ele estava condenado a matar o pai e unir-se à própria mãe.

A partir daí, Édipo decide não mais voltar à Corinto e faz de tudo para nunca vir a encontrar seus pais e confirmar a predição. No entanto, seus caminhos o conduzem, sem saber, aos seus pais originais até que a maldição se cumpra.

Karl Kerényi, um historiador e filólogo clássico, e o psicólogo arquetípico James Hillman, publicaram o livro “Édipo e Variações”, que representa uma releitura do mito. Hillman dá ênfase ao infanticídio no lugar do parricídio e analisa o mito através de novas perspectivas. Ele afirma que não pretende com a sua reflexão propor formas de corrigir o mito ou censurar as figuras que aparecem nele, mas tem a intenção de, através do mito, aprender o que ele fala sobre a configuração psíquica e como a psique concebe os padrões em que vivemos.

Para ele,

A profecia antes do nascimento de Édipo atesta o resultado da tentativa de Laio de escapar da profecia. Agir para evitar a profecia realiza a profecia. Daí o sentimento de que os oráculos são inescapáveis, predestinados. Mas o destino não está na profecia. Está na ação tomada quando se escuta o oráculo literalmente. Laio escuta literalmente e portanto tenta literalmente matar seu filho; de forma que ele é literalmente morto por seu filho. (...) A profecia é um ‘predizer’ (*‘fothtelling’*, para utilizar o termo de David Miller), afirmando numa fala obscura o que está arquetipicamente presente como um potencial obscuro e pode vir a atuado no mundo diurno em algum momento. Somente nesse momento o predizer, de fato, torna-se um profetizar” (HILLMAN, 1995, p. 90).

Sua proposta é “exercitar o ouvido psicológico” (p. 92) ao se ouvir um mito ou uma profecia, ou seja, poder captar o duplo sentido existente ali, os seus sentido e simbolismos e transcender o literalismo da história.

Agir e lutar bravamente contra as maldições, as maldades e os monstros, na sua concepção, é uma missão dos heróis. Só que nessa perspectiva, literalista, os

“inimigos” se tornam “problemas” que precisam ser eliminados e que levam a um perigoso caminho bastante abordado pela psicanálise: o do retorno do reprimido.

Para Hillman (1988, 1999), os mitos são um discurso metafórico sobre os padrões arquetípicos por representarem os modelos fundamentais e básicos da existência humana. São retratados através da cultura (mitologia, religião, arte, arquitetura, o ritual, o drama), afastando-se das bases bioquímicas, histórico-sociais e comportamentais da natureza humana e privilegiando a imaginação. A esse movimento chama-se “base poética da mente”.

Para este autor, a psique tem uma necessidade criadora, de imaginar histórias e de criar conexões entre essas histórias, ou seja, de confabular, de fantasiar e de patologizar a todo o momento. A mitologia, da mesma forma, mostra que cada dificuldade pode pertencer a vários deuses e ser fantasiada de várias maneiras diferentes. Hillman (1999, p. 272) afirma: “Um deus é uma maneira de ser, uma atitude frente à existência e um conjunto de idéias”⁸. Sua recomendação é que devemos permanecer atentos à nossa complexidade psíquica e a todos os deuses que pertencem a ela, reconhecê-los e identificar suas necessidades.

Esses deuses são também os complexos, que precisam ser compreendidos em sua significação mais profunda. Não podemos sucumbir a eles, mas devemos respeitá-los.

Conforme a psicoterapeuta Marilene Krom Paccola, também professora e pesquisadora na área de psicoterapia familiar, além de autora dos livros “Leitura e diferenciação do mito: histórias familiares de adolescentes com problemas” e “Família e mitos: prevenção e terapia, resgatando histórias”, para compreendermos a estrutura e o funcionamento de uma família e os seus conteúdos extremamente importantes que se evidenciam nos padrões transgeracionais passados de geração em geração, torna-se importante entender o mito como elemento fundamental e estruturante da dinâmica familiar.

Para Paccola (1994, p. 26), “a principal função do mito é a de revelar os modelos exemplares de todos os ritos e atividades humanas significativos”. Em sua dimensão cultural, “nele são projetados tanto complexos individuais, quanto certas estruturas interacionais da família”.

⁸ Tradução livre da autora. Original: “*Un dios es una manera de ser, una actitud hacia a la existencia y un conjunto de ideas*”.

No mito pode-se perceber 'um conjunto de realidades em que coexistem elementos reais e de fantasia' servindo à família de acordo com a sua realidade e atribuindo a cada membro um papel e destino bem preciso. O mito passa não só a ser visto através de uma concepção estática e controladora, mas também através de uma concepção evolutiva e transformadora. Com o passar do tempo há mudança na trama mítica, uma vez que as funções podem transformar-se, ou modificar-se à medida que a família enfrenta etapas evolutivas (PACCOLA, 1994, p. 26).

Os mitos familiares podem ter vários significados: um segredo, ou uma crença inconsciente ou uma atitude, os quais são aceitos amplamente por gerações sucessivas e se perpetuam nas suas respostas e condutas (1994).

Fundamentalmente se baseiam sempre no poder e na dependência, no amor e no ódio, no desejo de tomar conta e no desejo de ferir, sentimentos estes que estão inevitavelmente ligados ao sexo, nascimento e morte. (...) Os mitos desenvolvem-se originariamente sobre os vazios, falta ou escassez de dados a respeito desses vazios, que são preenchidos pelo ato criativo fantástico. Este último ocupa seu lugar e introduz questões ligadas aos grandes temas da vida, e tenta responder a elas" (PACCOLA, 1994, p. 27).

Dentro da psicologia analítica, os referidos "grandes temas da vida" fazem parte daquilo que é arquetípico e impessoal dentro das histórias.

Para a autora, as famílias possuem vários mitos, mas dentre eles um pode ser diferenciado: "aquele que norteia a estrutura e o funcionamento da família, determinando o maior número de pautas e regras familiares" (p. 27). Os demais podem ser chamados de "mitos auxiliares" e se ajustam ao principal. Da mesma forma, há sempre um complexo constelado em maior intensidade dentro da psique, que acaba por direcionar a forma de compreensão do mundo num determinado momento. Os complexos de menor intensidade também constelados, sendo assim, podem ser correlacionados ao que Paccola chamou de mitos auxiliares.

Paula Boechat (2005), em seu livro "Terapia familiar: mitos, símbolos e arquétipos", faz uma articulação teórica entre os conceitos da psicologia analítica e da teoria sistêmica e explica que na visão desta última, a família como um todo se comporta de forma diferente do que a soma de seus membros individuais. Ela também afirma que o comportamento de cada um dentro da família é dependente do comportamento dos outros e uma mudança experimentada em um afetará todos os demais.

Uma importante característica que a família apresenta, conforme a autora, é a sua tendência para a estabilidade ou homeostase. "Para atingir a homeostase

desejada, a família delega papéis, altera seu funcionamento, e chega até a poder adoecer um de seus membros” (BOECHAT, 2005, p. 67).

Se ampliarmos essa questão, podemos supor que os mitos familiares têm uma importante função de homeostase, na medida em que transmitem segredos e incentivam a expressão de uma lealdade entre os envolvidos. Também estimulam o sentido de “pertença”, que é absolutamente importante para um desenvolvimento saudável.

Moore (1994) apresenta uma afirmação que contribui para ampliarmos a visão sobre o mito familiar. Ele afirma que “a história da família é transformada em mito. Saibamos disso ou não, nossas idéias acerca da mesma têm raízes nas maneiras como a imaginamos. Aquela família pessoal, que parece tão concreta, é sempre uma entidade imaginária” (p. 43). Sua citação nos lembra do aspecto arquetípico da família, que nos remete à discussão apresentada por Whitmont sobre o núcleo do complexo.

Liz Greene, uma autora estudiosa da Psicologia Analítica e da Astrologia, também fala sobre o aspecto arquetípico do mito familiar e correlaciona as maldições familiares aos complexos familiares não resolvidos. Ela parte do princípio de que as famílias são organismos que possuem uma vida psíquica, a qual funciona como um círculo fechado onde os dramas emocionais são encenados na escuridão do inconsciente. Para ela, o processo de conscientização em relação aos complexos que governam atitudes e crenças geralmente se inicia a partir de alguma manifestação de “distúrbio” ou “doença” de um dos membros e acontece de forma lenta e, muitas vezes, enfrentando uma árdua oposição. Ela afirma sobre esse processo: “(...) os fios que tecem o conto são desembaraçados e o que aparentava ser a ‘doença’ individual vai-se revelando cada vez mais evidentemente como um complexo familiar não resolvido” (GREENE, 1995, p. 47).

A autora defende que o analista costuma se deparar regularmente “com a misteriosa passagem tácita de complexos não vividos e inconscientes de pai para filho” (p. 47). Nessa passagem, por se tratar de complexos, há tanto fatores causais quanto míticos ou arquetípicos que atuam na vida dos envolvidos e, muitas vezes, que causam grandes perturbações, como compulsões sem sentido e não compreendidas.

Ela afirma que assim como as pessoas são guiadas por padrões míticos, da mesma forma são as famílias, e traz a interessante correlação entre esses padrões que operam nas famílias e o destino:

Se as imagens arquetípicas são representações de instintos experimentados através da psique, segue-se que os padrões arquetípicos operando nas famílias são representações do próprio sangue e ossos da família, o paralelo psíquico da hereditariedade psicológica. Quando começamos a considerar esses padrões sob esse enfoque, estamos novamente no reino de Moira, a fiandeira dos tecidos do corpo. Nossas famílias são nosso destino porque somos feitos da substância dessas famílias, e nossa hereditariedade – física e psíquica – é dada no nascimento (GREENE, 1995, p.48)

O psicólogo Luigi Zoja (2000, p. 4) que "o mito contém um destino, mesmo quando não o descreve".

Segundo Greene (1995), os gregos entendiam o destino através das Moiras, que desde os tempos mais primitivos constituíam um *daimon*⁹ de condenação e de morte.

Conforme Brandão (1991, p. 140), Moira, em grego, significa *obter* ou *ter em partilha*, *obter por sorte* e *repartir*, sendo que "Moira é a *parte*, o *lote*, o *quinhão*, aquilo que a cada um coube por sorte, o *destino*". Ele conta que só tardiamente o destino foi personificado e que a "Moira é a projeção de uma lei que nem mesmo Zeus pode transgredir sem colocar em perigo a ordem do cosmo" (p. 141). Após personificada, Moira se tornou uma divindade muito parecida com as Queres, mas sem adquirir o caráter violento, sanguinário e demoníaco destas. Ele afirma:

A pouco e pouco se desenvolveu a ideia de uma Moira universal, senhora incontestada do destino de todos os homens. Essa Moira, sobretudo após as epopéias homéricas, se projetou em três Moiras, que poderíamos chamar de *Queres*: Moira predetermina; As *Queres*, como sua projeção, fiam o tempo de vida que já foi prefixado e *Tânatos*, a Morte, comparece, não como *agente*, mas como *executora* (p. 141).

As três Queres possuem funções específicas de acordo com a etimologia de cada uma delas. A primeira é *Cloto* que, em grego, vem do verbo fiar e representa a fiandeira, a que segura o fuso e puxa o fio da vida; *Láquesis*, vem do verbo sortear e significa aquela que enrola o fio da vida e sorteia o nome de quem deve perecer; e

⁹ Segundo Brandão (1991, p. 278), *Daimon*, em sentido estrito, "significa uma força, uma potestade que exerce algo". Em Homero, "demônio é um poder que não se quer ou não se pode nomear: daí seu duplo sentido de *divindade* e *destino*, sem nenhum direito a sacrifícios".

por fim, *Átropos*, tem a junção do prefixo “a”, que significa *não* e do verbo *voltar*, e representa a que não volta atrás, a inflexível, que tem como função cortar o fio da vida (BRANDÃO, 1991).

Para Greene (1995, p. 7),

Moiras é a força cega e automática que permite que seus propósitos secundários e desejos ajam livremente dentro de suas próprias e legítimas esferas, mas reage com certa turbulência contra eles quando atravessam suas fronteiras... Ela é uma representação que enuncia uma verdade sobre a disposição da Natureza, e ao enunciado dessa verdade nada acrescenta senão que a disposição é ao mesmo tempo necessária e justa.

Brandão (1991) nos conta que em Roma as Parcas foram se identificando paulatinamente com as Moiras. Aquelas eram também três: *Nona*, *Decima* e *Morta*. Presidiam ao nascimento, ao casamento e à morte, respectivamente. Sobretudo, elas presidiam ao nascimento e, nesse ponto, vale acrescentar o comentário de Greene (1995) sobre essas divindades. Ela afirma que, em relação às Parcas e aos nascimentos presididos por elas, “a conclusão que disso tiramos é que alguma coisa *além da* hereditariedade desempenha um papel na formação de uma vida. Não é a mãe, mas a Mãe e suas emissárias, que conferem dotes e maldições à criança recém-nascida” (p. 17).

Sobre o destino, Greene (1995) o vê através de um paradoxo: ao mesmo tempo em que é irrevogável, ele depende da vontade humana para a sua realização. A autora afirma que a psicologia inventou uma outra terminologia mais atraente ao se defrontar com a questão do destino: “predisposições hereditárias”, “padrões de condicionamento”, “complexos” e “arquetipos”. São todas qualidades da psique inconsciente. Ela fala sobre a aversão que acompanha a ciência, a religião e outros domínios do conhecimento em relação à palavra destino, pois o fato de pensar que possa existir algo predeterminante, ou escrito, por uma “mão totalmente invisível”, implica em impotência e ainda, “o obscuro mecanismo de alguma enorme e impessoal Roda ou de um Deus bastante ambíguo que tem menos consideração do que gostaríamos para com nossas esperanças, sonhos, desejos, afeições, méritos ou até mesmo pecados” (p. 8). Essa visão do destino ameaça o homem ético e moral pautado numa crença de autodeterminação racional.

O destino, no conceito popular, parece ser obra do acaso, sem deixar para a pessoa absolutamente nenhuma escolha. Até mesmo o termo “Karma” é preterido e

aparentemente mais simpático, pois implica em uma cadeia de causa e efeito que envolve escolhas individuais em determinada ocasião (1995), o que é muito mais compatível com o pensamento racional do homem moderno.

Entretanto, para a mente grega e da Renascença, a visão do destino era distinta. Greene (1995) relata que o poeta Hesíodo contava que acreditava-se que sempre que um pecado era cometido, como o incesto inconsciente de Édipo, toda a Natureza era envenenada pelo delito do homem, e a Moira revidava fazendo cair imediatamente uma desgraça sobre a cabeça do transgressor.

O destino, para Hesíodo, é o guardião da justiça e da lei, e não a fortuita e predeterminante força que dita cada ação de um homem. Esse guardião fixou os limites da original ordem da Natureza, dentro dos quais o homem deve viver porque é parte desta; e ele aguarda para cobrar a penalidade por cada transgressão. E a morte, visto ser a declaração definitiva de Moira, o "quinhão" ou o limite circunscrito além do qual os seres mortais não podem transpor, não é uma indignidade, porém uma necessidade que deriva de uma fonte divina (GREENE, 1995, p.8).

O conceito de destino que Greene (1995) apresenta se refere à herança que recai sobre qualquer pessoa e se abate como destino, sem que se possa fugir dela ou repudiá-la. Ela afirma que não é suficiente moldar a vida de acordo com “qualquer coisa, exceto o pai e a mãe”, e nesse caso, o resultado é justamente o contrário da intenção. De acordo com a sua ideia, quanto maior é a tentativa de afastamento desses pais, maior a proximidade e o domínio que eles terão sobre a pessoa.

Pode-se fazer o que se puder, ou o que se desejar, com uma herança; mas a própria herança não pode ser ignorada ou devolvida, pois nossas famílias são o nosso quinhão, a nossa Moira (GREENE, 1995, p. 59).

Nesse sentido, quando se volta o olhar para trás nos conflitos e compulsões individuais é possível vislumbrar o mito familiar que se desenrola e atravessa gerações. Os mitos familiares, para Greene (1995), são também uma fonte de compreensão dos padrões arquetípicos que dominam as famílias. “A imagem da maldição familiar, tão cara aos mitos gregos, é um retrato vívido do legado invisível da linhagem familiar e que personifica a experiência do destino familiar” (p. 47).

No que se refere ao aspecto da vontade humana para a realização do destino – um dos lados do paradoxo, que tem no oposto o irrevogável -, Greene (1995) fala

sobre a saída individual a que cabe a cada um encontrar para romper com certos padrões herdados. No caso de um filho, por exemplo, isso inclui encontrar um meio de se diferenciar dos pais verdadeiros e das imagens míticas através das quais ele os vê. Estas, que são justamente o seu destino, precisam ser trabalhadas ao longo da vida a partir dos recursos individuais que se tem, em vez de se sujeitar ao “destino do casamento parental. (...) Assim, ele não corta a ligação com essas imagens, porém aceita-as como figuras que precisam ser criativamente incorporadas a seu desenvolvimento. Enquanto elas permanecerem como ‘pais’ no sentido literal, entretanto, ele fica à sua mercê” (p. 49).

4. O RESGATE DA ALMA: A MALDIÇÃO FAMILIAR COMO UM CAMINHO DE INDIVIDUAÇÃO

O psicanalista Gilberto Safra apresenta uma reflexão sobre três situações com as quais o bebê pode se defrontar ainda no berço: uma missão, um enigma e uma questão (INGLEZ-MAZZARELLA, 2006; HORSCHUTZ, 2009), as quais também indicam a ideia de um destino determinado a priori numa existência.

Horschutz (2009, p. 39) resume a ideia do autor:

Na situação de *missão*, espera-se que a criança cumpra um destino ou termine um projeto, já estabelecidos antes do seu nascimento. Em tal situação, é muito difícil que, como indivíduo, ele consiga seguir o caminho da sua essência. No caso do *enigma*, a pessoa defronta-se com uma lacuna em sua vida, um mistério propositalmente ocultado, por se tratar de algo indizível e impensável. Para se apoderar de seu destino, esse indivíduo necessita que alguém lhe conte a história completa, lhe revele o momento em que a interrupção ou lacuna aconteceu. Apenas a memória permitirá que a pessoa reconstitua a sua história. A *questão* surge quando o ambiente familiar em que a criança nasce pode observar, ponderar e questionar o que era pensado e vivido pelos antepassados. Tal situação permite que a pessoa reflita e escolha a direção a seguir, apesar de ela nunca ser respondida. As questões e as suas maneiras de resolvê-las são transmitidas por gerações, e constituem uma espécie de marca familiar. Contudo, se a questão por algum motivo ficar obstaculizada, as gerações seguintes terão geralmente um bloqueio. Caso uma criança nasça com o objetivo de responder a uma questão familiar, ela terá nascido com uma missão, e seu destino ou história, portanto, já estará comprometido. Safra (2004) diferencia também a natureza do sofrimento nas três situações: na *missão*, o sofrimento advém da impossibilidade de ser; no *enigma*, da memória do não-dito e do não-vivido; na *questão*, do destinar-se.

Todas essas três questões que já estão dadas *a priori* em uma existência se referem ao tema das transmissões psíquicas por estarem relacionadas às ligações existentes com os antepassados e ancestrais, expressas através de imagens que são carregadas pelos indivíduos com o passar do tempo, tais como traumas, desejos, afetos, emoções, defesas e sintomas. As ligações com aqueles que nos antecederam abrangem aspectos muito mais amplos ainda, tais como a manutenção de modelos, as trocas afetuosas, a partilha de tradições familiares e rituais, os quais se perpetuam e fazem com que cada indivíduo seja mais um elo da longa corrente (HORSCHUTZ, 2009).

Jung (2006, p. 276) em “Memórias, sonhos e reflexões” afirmou:

Quanto menos compreendermos o que nossos pais e avós procuraram, tanto menos compreenderemos a nós mesmos, e contribuimos com todas as nossas forças para arrancar o indivíduo de seus instintos e de suas raízes: transformando em partícula da massa, obedecendo somente ao que Nietzsche chamava o espírito da gravidade.

As chamadas “heranças psicológicas familiares” são parte fundamental da estrutura da psique, seja no âmbito daquilo que é arquetípico - ou universal, coletivo, impessoal, os padrões humanos mais típicos -, ou dos conteúdos que são de caráter pessoal, da subjetividade, mais relacionados às condições ambientais, aos acontecimentos durante a vida e às leis da causalidade, tais como situações pontuais e traumáticas, por exemplo.

Ambas as dimensões dessas transmissões – arquetípica, pessoal, causal, contagiante, de sincronicidade -, apesar de diferenciadas quando estudadas, aparecem enquanto fenômeno vinculadas uma à outra, da mesma forma que um complexo é diferenciado didaticamente do arquétipo, mas o contém no seu núcleo e, assim como os arquétipos somente são materializados através das imagens arquetípicas, as quais contêm os complexos.

Como nos lembra Horschutz (2009), nos casos de “heranças familiares” – e eu acrescentaria o adjetivo “psíquicas” ao termo - o analista se depara e trabalha com a força dos arquétipos, que é inimaginável. Ela afirma que “cada ser que nasce em uma família mudará o papel que cada um exercia antes: a mãe se transforma em avó, a filha em mãe, a fim de dar lugar para a nova criança que está surgindo” (p. 40). As mortes e os nascimentos dentro de uma família – temas arquetípicos - são momentos, na maioria das vezes, de crises familiares, por mudarem os papéis de

todos e fazerem surgir a necessidade de que cada um dê espaço para o novo. Este novo é justamente aquilo que representa a possibilidade da mudança dos antigos padrões, crenças e atitudes, ainda que parcialmente, pois a mudança pressupõe diversos níveis.

Jung (1999, p. 229) afirma:

Em princípio sou a favor que os filhos se separem dos pais tão logo seja possível e quando tiverem alcançado uma idade madura. Os pais devem saber que eles são árvores cujas frutas caem no outono. Os filhos não pertencem aos pais, e só procedem dos pais aparentemente. Na realidade provém de uma estirpe secular, ou melhor, de muitas estirpes e são para os pais tão característicos quanto uma maçã para um pinheiro. Não deveria haver outra dependência além da obrigação humana de eventualmente cuidar dos pais idosos e de manter com eles uma relação amistosa; pois a geração jovem tem de começar a vida do início e só pode incumbir-se do passado em caso de grande necessidade.

O que acontece com a pessoa que consegue se libertar do “destino determinado pelo egocentrismo dos antecessores”, segundo Horschutz (2009), é que ela alcança a consciência da questão e dela se apropria, passando a criar sua própria história pessoal. No caso das situações traumáticas não elaboradas, o fato que fica em estado bruto e é passado para as gerações futuras somente pode deixar de ser transmitido quando “alguém na família consegue compreender, simbolizar, reconciliar e, assim, modificar a história que será transmitida para os sucessores” (p. 40).

No entanto, devemos ser gratos a essa continuidade de transmissão psíquica de uma geração para a outra, pois é por ela que a evolução do mundo acontece. Do contrário, cada pessoa que nascesse teria de reinventar totalmente sua maneira de viver, pois não traríamos conosco a força do inconsciente coletivo, que contém toda a sabedoria dos arquétipos, e que podemos ir acessando conforme vamos nos lapidando, nos interiorizando e nos transformando, a fim de transformarmos o mundo. Tal é o processo de individuação que Jung propõe: quanto mais individuada for uma pessoa, mais ela poderá contribuir para a individuação da humanidade. Primeiro é preciso que eliminemos a nossa identificação com o coletivo, a fim de desenvolver nossa identidade própria. Só depois poderemos contribuir para a transformação dos outros, em uma proporção geométrica. O indivíduo precisa restabelecer a conexão entre seu “eu” e o inconsciente, pois muitas vezes a conexão é rompida, ou não se estrutura devido à assimilação da negatividade transmitida pelas gerações anteriores (HORSCHUTZ, 2009, p. 41).

O caminho rumo à diferenciação do coletivo, seja este coletivo um pequeno grupo, como a família, ou um grande grupo, como a humanidade, representa o próprio caminho da individuação proposto por Jung. Como afirmou Vera Paiva, “a

ferida aberta pelas constelações familiares é sempre muito maior do que a nossa capacidade de repará-la, a não ser que se tente torná-la criativa” (1990, p. 149). Há, portanto, uma saída, uma possibilidade, algo que seja criativo, novo, que abra caminho para a transformação. É preciso, então, tentar, entrar no caminho da individuação.

O termo individuação é utilizado por Jung “para designar um processo através do qual um ser torna-se um ‘*individuum*’ psicológico, isto é, uma unidade autônoma e indivisível, uma totalidade” (2006, p. 489), a qual inclui as dimensões consciente e inconsciente que se relacionam e formam uma unicidade. É a realização do Si-mesmo ou do Self, sendo estes entendidos como algo incognoscível, que transcende a compreensão humana, uma personalidade mais ampla, o arquétipo central da ordem e da totalidade do homem, que pode ser compreendido através do que Jung escreve sobre o desenvolvimento da personalidade (JUNG, 2006; WHITMONT, 1998). No mesmo sentido, James Hall afirmou que “a individuação é a manifestação, na vida, do potencial inato e congênito da pessoa. Nem todas as possibilidades podem ser realizadas, de modo que a individuação jamais se completa” (1986, p. 62).

No texto “Da formação da personalidade” (vol. XVII), Jung (2008b) afirma:

Personalidade é a realização máxima da índole inata e específica de um ser vivo particular. Personalidade é a obra a que se chega pela máxima coragem de viver, pela afirmação absoluta do ser individual, e pela adaptação, a mais perfeita possível, a tudo que existe de universal, e tudo isso aliado à máxima liberdade de decisão própria (JUNG, 2008b, p. 177, §289).

É uma tarefa perigosa, ele adverte, muitas vezes árdua e dolorosa, em busca de um ideal inatingível, que significa muito mais um indicador de um caminho a ser percorrido do que uma meta a ser alcançada. O perigo advém do fato de que a personalidade deve “desabrochar”, como aponta Jung (2008b), e isso deve ocorrer antes de ser submetida aos padrões da educação. A doutrina cristã acredita no mal que existe na natureza humana e educa para prevenir quaisquer manifestações nesse sentido, as quais muitas vezes, incluem o que é de natureza não previsível, desconhecida. Entretanto, para possibilitar que a personalidade se desenvolva, é preciso lidar com algo de imprevisível, “pois não sabemos como e em que sentido se desenvolverá a personalidade em formação” (p. 178, § 292).

As transmissões psíquicas, em seu aspecto de negatividade ou de maldição, podem atuar de forma a impedir esse movimento rumo ao desenvolvimento da personalidade e à individuação, bloqueando os caminhos que levam o indivíduo ao seu desenvolvimento e diferenciação diante do grupo familiar. Como nos lembra Inglez-Mazzarella (2006), um dos trabalhos do analista se encontra em ajudar o indivíduo a pensar a sua posição no conjunto para dele se diferenciar (INGLEZ-MAZZARELLA, 2006).

Jung (2008b, p. 179, §294) defende que a expressão “muitos são os chamados, e poucos os escolhidos” é válida quando se fala no desenvolvimento da personalidade, pois este, desde o seu começo até a consciência completa, “é um carisma e ao mesmo tempo uma maldição”, pois representa uma felicidade conquistada a um alto preço, que inclui o isolamento, o temor pela vinda de “algo monstruoso e anormal” – quando se fala no imprevisível e diferente dos padrões coletivos aceitáveis -, além de implicar também um alto grau de “fidelidade à sua própria lei”. Isso significa confiar na própria lei, no próprio caminho, perseverar com lealdade e esperar com confiança, no mesmo sentido religioso que uma pessoa religiosa tem para com Deus. A pessoa deve escolher o próprio caminho, de uma forma consciente e por uma decisão moral e, ainda, a partir de uma necessidade. “Se faltar a necessidade, esse desenvolvimento não passará de uma acrobacia da vontade; se faltar a decisão consciente, o desenvolvimento seria apenas um automatismo distinto e inconsciente” (p. 179, §296).

Os outros caminhos, segundo Jung (2008b), são as convenções de natureza moral, social, política, filosófica e religiosa, as quais também representam uma parcela do que é transmitido através das gerações, e são coletivas, sendo a maioria esmagadora das pessoas seguidoras desses mesmos caminhos por não desenvolverem a si mesmas e por seguirem um método coletivo, em prejuízo de sua totalidade própria. “O mecanismo das convenções conserva os homens inconscientes, pois então podem, à semelhança de animais selvagens, fazer mudanças há muito conhecidas sem ser preciso tomar uma decisão consciente” (p. 184, §305).

Jung (2008b) afirma que “a vida criadora fica sempre acima da convenção” (p. 184, §304) e exemplifica esse ponto de vista ao citar as grandes personalidades da história da humanidade, as quais se libertaram das convenções e se lançaram à aventura de uma nova vida. “As personalidades se destacaram da massa como

picos de montanha e escolheram seu próprio caminho, enquanto a massa se apegava a tudo o que é coletivo: temores, convicções e métodos” (p. 180, §298).

A escolha diferenciada das personalidades sempre causou estranhamento à maioria e “por isso sempre se julgou que tal pessoa, desde que não estivesse louca, fosse possuída por um demônio (*daimon*) ou por um deus” (p.180, §298). O que mais poderia explicar o fato de alguém proceder de forma diferente dos demais humanos senão uma força demoníaca ou um dom divino? Jung conta que desde a antiguidade os heróis sempre possuíram atributos demoníacos, como os olhos de serpentes nas concepções nórdicas, por exemplo, o que também mostra o componente mágico que acompanha o pensamento do homem comum.

De certa forma, Jung defende que de fato existe algo mais, da ordem do irracional, que impulsiona alguém a escolher o seu próprio caminho, além da necessidade e da escolha consciente. Isso porque essas duas podem acometer a muitos homens, mas são insuficientes para determinar a escolha por algo fora do comum. Ele afirma que o responsável por isso “é o que se denomina *designação*; é um fator irracional, traçado pelo destino, que impele a emancipar-se da massa gregária e de seus caminhos desgastados pelo uso. (...) Essa designação é como se fosse uma lei de Deus, da qual não é possível esquivar-se” (p. 181, §300). A metáfora do demônio que acompanha e guia o indivíduo é válida nesse caso.

Não é somente nas grandes personalidades que a designação ou o seu sentimento são encontrados. Também nas menores personalidades ela aparece, mas como uma voz demoníaca cada vez mais nebulosa, confusa, distante e inconsciente. “Quanto menor for a personalidade, tanto mais imprecisa e inconsciente se torna a voz, até confundir-se com a sociedade sem poder distinguir-se dela, privando-se da própria totalidade para diluir-se na totalidade do grupo” (p. 182, §302).

James Hillman, em sua obra “O código do ser”, apresenta uma ideia que ele intitula de “teoria do fruto de carvalho”, a qual envolve os temas do destino, vocação, caráter, imagem inata e *daimon*. A ideia é apresentada propositalmente¹⁰ através de uma linguagem desvinculada do meio acadêmico da psicologia científica e “sustenta

¹⁰ Hillman (1997, p. 20) afirma que prefere utilizar termos para explicar sua teoria mais semelhantes àqueles usados por culturas antigas, pois estas “entendem melhor a força enigmática da vida humana do que a nossa psicologia contemporânea, que tende a limitar o conceito de fenômenos complexos a definições de uma só acepção”. O autor comenta que prefere transitar entre os dois grandes dogmas pelos quais a individualidade tem sido explicada: a religião e a ciência, sem se “institucionalizar” a nenhum deles.

que cada pessoa tem uma singularidade que pede para ser vivida e que já está presente antes de poder ser vivida” (1997, p. 16). Nessa concepção, a vida de cada um é formada por uma imagem única, que é uma essência e que chama a vida para um destino.

Para Hillman (1997) sua teoria não se refere a um *desenvolvimento* do caráter, pois ele defende que o caráter de uma pessoa já está dado, como um dom recebido ao nascer, do mesmo modo que as velhas histórias contam.

Evidentemente a vida humana avança dia a dia e regride, e realmente vemos faculdades diferentes desabrocharem e murcharem. No entanto, a imagem inata de seu destino engloba concomitantemente o hoje, o ontem e o amanhã. A sua pessoa não é um processo e nem um desenvolvimento. Você é a imagem essencial que se desenvolve, caso se desenvolva. Como disse Picasso: “Eu não desenvolvo; sou” (HILLMAN, 1997, p. 17).

O *daimon*, termo grego citado por Jung, aparece também aqui. Hillman se refere a ele como um chamado, o qual é explicado por diversas culturas e recebe inúmeros outros nomes: para os romanos eram os *genius*; para os cristãos o *anjo da guarda*; para os neoplatônicos o *ochema*; para uns é a *sorte* ou *fortuna*; para outros um *gênio*, ou uma *semente podre* ou *do mal*. O *daimon* emite avisos, motiva, protege, inventa e persiste com obstinada fidelidade, assim como não costuma ceder ao bom senso e agir de forma a fugir das regras, principalmente quando é negligenciado. Está diretamente relacionado com sentimentos de singularidade, com os sentimentos de inquietação, impaciência e insatisfação do coração, e seus desejos.

Sobre ele, Hillman afirma:

A alma de cada um de nós recebe um *daimon* único, antes de nascer, que escolhe uma imagem ou um padrão a ser vivido na terra. Esse companheiro da alma, o *daimon*, nos guia aqui. Na chegada, porém, esquecemos tudo o que aconteceu e achamos que chegamos vazios a este mundo. O *daimon* lembra do que está em sua imagem e pertence a seu padrão, e portanto o *daimon* é portador do seu destino (1997, p. 18).

Essa visão sobre o caráter contempla menos as causas e as influências passadas e presentes, e mais a vocação e as revelações intuitivas. Estas últimas, na maioria das vezes, sempre estão presentes, mas poucos são aqueles que podem ou conseguem percebê-las em suas sutilezas. A percepção do chamado, do *daimon* ou

do destino – termos utilizados intercambiavelmente pelo autor junto de vários outros – permite inserir a vida de uma criança, mesmo antes de nascer, numa mitologia que estabelece uma ligação com algo que lhe dá um sentido de existência e uma autenticidade. De certa forma, a teoria do fruto de carvalho dá uma psicologia da infância, uma vez que afirma uma singularidade e um destino inerentes à criança e pressupõe que os acontecimentos de vida, tais como os dados clínicos de uma disfunção, por exemplo, pertencem de certo modo a essa singularidade e a esse destino (1997).

O olhar de Hillman, estruturado em Jung, trata-se muito mais de dar um outro ponto de vista, mais significativo e autêntico, e menos causalista à existência. Talvez a sociedade de hoje careça desses novos olhares, dotados de menos razão e mais intuição, menos dogmáticos e mais abertos ao inexplicável, e por isso a importância de resgatar as crenças dos antigos, conectando-as com o mundo atual.

Tanto a teoria da personalidade, de Jung, quanto a do caráter, de Hillman, apontam para uma tendência dentro do ser humano que, se reconhecida, carrega consigo as condições que possibilitam ao indivíduo se diferenciar da coletividade, reconhecer a sua individualidade, autenticidade, autonomia e, principalmente, desvincular-se do determinismo causalista das explicações unicamente pessoais e ambientais que muitas vezes bloqueiam o caminho próprio que cada um tem para percorrer.

Com isso, assim entendo, as teorias desses dois autores re-situam o lugar que os eventos e acontecimentos da vida têm e o colocam em conexão com outras forças e influências que atuam sobre cada indivíduo, família e o mundo como um todo, admitindo também a existência de outras possibilidades difíceis de serem compreendidas pelo ponto de vista intelectual, mas absolutamente válidas quando se reconhece a complexidade da psique humana.

Inclusive, como afirmou Horschutz (2009) e como defende Neumann (1995), o processo de desenvolvimento individual aponta para uma dimensão de desenvolvimento muito maior: da humanidade. Poderia ser dito, ainda, que antes desta última, encontram-se muitas outras, como a familiar.

A concepção da existência de um *daimon* também dá lugar para a existência de deuses que têm uma parcela de responsabilidade sobre a vida do homem comum, destituindo-o do seu trono egóico onipotente, ao mesmo tempo em que o corresponsabiliza por seu comprometimento consigo mesmo, com seu próprio

caminho e, ainda, com a humanidade como um todo. O caminho da individualidade não significa individualismo, pelo contrário, ele tem uma função social absolutamente importante no desenvolvimento da humanidade.

Neumann (1995, p. 19) comentou: “a relação entre o ego e o inconsciente, e entre o pessoal e o transpessoal, decide o destino do indivíduo, assim como o da humanidade”.

Jung (2008b, p. 190, §317) considerou as dimensões coletivas e individuais da personalidade: “Assim como uma grande personalidade atua na sociedade liberando, salvando, modificando e curando, da mesma forma o surgimento da própria personalidade tem ação curativa sobre o indivíduo”.

Nesse mesmo sentido, o indivíduo que consegue se libertar de uma maldição transmitida através das gerações obtém para si uma benção e a possibilidade de relacionar de forma mais clara e verdadeira com seu *daimon*, do mesmo modo que, dialeticamente, contribui com uma libertação da psique da família. Ele coloca a vida numa narrativa, como afirma Horschutz (2009, p. 37):

(...) colocar a vida numa narrativa. Isso é importante para dar sentido às coisas vividas, às alegrias e às dores e, desse modo, elaborá-las, entrando em sintonia com a possibilidade de vir a ser, ou seja, ser o que realmente somos, ser a nossa essência original.

Hillman, em outro livro, chamado *Healing fiction*, defende que as histórias que formamos sobre os acontecimentos que nos ocorrem são modos de imaginar, são maneiras que a alma utiliza para falar de si mesma e operam de uma forma “digestiva”. Ele afirma que “um evento torna-se uma experiência, move-se do externo para o interno, transforma-se em alma quando passa por um processo psicológico, quando é trabalhado pela alma em quaisquer das várias maneiras” (1983, s/p.).

Desse modo, re-situar, re-ver e re-contar o próprio papel dentro da história de uma família, poder estabelecer com ela uma relação de movimento e re-pensar a sua trama, inclusive, revê-la dentro de um outro gênero literário – do drama para a comédia, por exemplo – é cuidar da alma, digerir e elaborar uma história que é re-escrita, em termos muito mais metafóricos e simbólicos do que literais: é compreendê-la como um mito. Lembremo-nos da forma literal como Édipo entendeu a profecia do oráculo e como de forma literal ela se materializou, conforme Hillman (1995) nos apontou.

Poder reescrever a história pessoal e com isso uma parte da história da família é, em seu sentido verdadeiro, tomar a parte a que nos cabe em relação à responsabilidade consciente pelo nosso próprio destino e nosso compromisso com a personalidade, o nosso quinhão, a nossa Moira.

Jung (2008b, p. 185, §308) afirmou que “somente pode tornar-se personalidade quem é capaz de dizer um ‘sim’ *consciente* ao poder da destinação interior que se lhe apresenta; quem sucumbe diante dela fica entregue ao desenrolar cego dos acontecimentos e é aniquilado”. Esse “desenrolar cego dos acontecimentos” é o que contém as repetições, as maldições, o movimento inconsciente governados pelos deuses, com todas as suas fúrias, vinganças, maldades e injustiças, assim como com a bondade, o amor, o vínculo e o bem, mas que fazem muito mais parte de um coletivo indiferenciado do que daquilo que é individual. Quanto menor a relação consciente com esses deuses e seus aspectos ambíguos, mais difícil se torna para não sucumbir cegamente a eles, enxergar a destinação interior, poder dizer sim a ela, reconhecer a própria individualidade e se colocar no próprio rumo. É, ainda, estar em relação com os deuses e servir a eles, mas de forma muito mais harmônica e almada.

De acordo com Whitmont, “na medida em que somos livres e podemos ir ou ficar ou escolher se nos movemos ou não, deixamos de estar sob o domínio de uma projeção que nos puxava e nos empurrava contra a nossa vontade” (1998, p. 57).

A projeção a que o autor se refere está relacionada aos conteúdos psíquicos que são lançados ao mundo de forma inconsciente, como muitos sintomas e, inclusive, imagens arquetípicas que são formadas sobre a família.

O fenômeno das transmissões, maldições e bênçãos familiares é coletivo, entretanto, as saídas que se apresentam às suas amarras aparentam sempre aparecer a partir das transformações individuais, como pode ser observado nas visões dos autores e estudiosos do assunto, trazidos neste trabalho.

Ampliando a questão, pode-se inclusive imaginar que, somente quando cada um dentro de uma família reconhece o próprio caminho, seu destino, é que pode-se reconhecer o caminho da família, o verdadeiro destino familiar não cego, mas consciente.

Estar consciente de tudo, é também, algo impossível, inatingível, um desejo onipotente do ego. Nunca teremos acesso a todas explicações sobre a alma, seja ela a individual, familiar ou coletiva. Os fenômenos sobre a alma carregam sempre

mistérios e deixam pontos de interrogação no ar. Portanto, a saída se refere a um “cuidado com alma”. Moore (1994, p. 38) traz uma bela reflexão sobre o tema. Ele afirma:

Contudo, o cuidado da alma não requer mudanças na família, livrar-se dela ou a interpretação da sua patologia. Podemos simplesmente resgatar a alma refletindo profundamente sobre seus eventos que tiveram lugar durante provações da família.

A família é um local de contradições e de ambigüidades e essa é uma constatação inequívoca. Trata-se de um dos aspectos arquetípicos mais básicos sobre a família, e todas as tentativas de emoldurá-la em padrões coerentes e idealizados serão fracassadas. É a reflexão cuidadosa da alma que promove transformações – as quais se referem muito mais a novas perspectivas de visão do que a modificações nos fenômenos familiares.

Para finalizar, novamente a poesia nos ajuda a esclarecer os mistérios e questões da alma:

Enfim, enfim quebrara-se realmente o meu invólucro, e sem limite eu era. Por não ser, era. Até ao fim daquilo que eu não era, eu era. O que não sou eu, eu sou. Tudo estará em mim, se eu não for; pois "eu" é apenas um dos espasmos instantâneos do mundo.

Minha vida não tem sentido apenas humano, é muito maior - é tão maior que, em relação ao humano, não tem sentido. Da organização geral que era maior que eu, eu só havia até então percebido os fragmentos. Mas agora, eu era muito menos que humana - e só realizaria o meu destino especificamente humano se me entregasse, como estava me entregando, ao que já não era eu, ao que já é inumano. E entregando-me com a confiança de pertencer ao desconhecido. Pois só posso rezar ao que não conheço. E só posso amar à evidência desconhecida das coisas, e só me posso agregar ao que desconheço. Só esta é que é uma entrega real.

Clarisse Lispector (A paixão segundo G. H.)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho houve a tentativa de buscar reflexões, afirmações e conceitos dentro da psicologia analítica que pudessem contribuir para uma aproximação dos temas da transmissão psíquica geracional, das maldições e bênçãos familiares e dos destinos.

Os indivíduos são seres complexos que carregam consigo marcas, registros, influências e histórias de todos aqueles que os precederam. Isso inclui as dimensões filogenética e ontogenética, assim como a arquetípica e a pessoal. Por isso, ao nascer, já existe algo a priori, que se apresenta como destino. São possibilidades de um vir a ser, potencialidades ainda não desenvolvidas, as quais se manifestam dentro de um contexto. O contexto analisado neste trabalho é o familiar, com suas próprias constelações que exercem influências sobre os membros e são transmitidas através das gerações, não somente de uma forma causal.

Cabe ao indivíduo o reconhecimento daquilo que ele carrega. A inconsciência é a responsável pela repetição e pela indiferenciação que aliena o indivíduo da sua própria alma. Somente o reconhecimento consciente, a vontade genuína e a disciplina é que podem promover transformações verdadeiras.

Como nos lembrou Moore, não se trata de estabelecer como objetivo uma mudança da família, mas muito mais de aceitá-la e de poder extrair a matéria prima para o trabalho com a própria alma. É nesse ponto que maldições podem se transformar em bênçãos, destinos podem tomar novos caminhos, ficções podem ser inseridas em novos gêneros e mitos podem ser desliteralizados.

Jung (1984) afirmou que o ponto de partida para todas as experiências humanas é a alma. Dessa forma, nunca poderemos abarcar o significado de todas as nossas vivências e de toda nossa história, pois isso seria uma tarefa tão idealizada quanto imaginar um fim para o processo de individuação. A alma individual tem conexões com a alma da família, com a alma humana e com a alma do mundo. Temos que nos responsabilizar pela parte que nos cabe, pela nossa Moira, mas obter a compreensão de todas essas dimensões é uma tarefa para os deuses. A alma guarda mistérios indecifráveis.

Sendo assim, o cuidado com a própria alma é um caminho válido, senão o maior de todos.

Não se trata de curar, consertar, mudar, ajustar ou tornar saudável, e não se trata de alguma idéia de perfeição ou mesmo de melhora. Não se procura no futuro uma existência livre de atribuições. É algo que permanece pacientemente no presente, próximo da vida tal como se apresenta dia após dia, e, ao mesmo tempo, remete ao plano da religião e da espiritualidade (MOORE, 1994, p. 12).

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Gustavo. **Jung**. São Paulo: Ática, 1991.

BOECHAT, Paula. **Terapia familiar: mitos, símbolos e arquétipos**. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2005.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega**. Vols. I e II. Petrópolis: Vozes, 1991.

FORDHAM, Michael. **A criança como indivíduo**. 10ª edição. São Paulo: Cultrix, 1994.

GREENE, Liz. **A astrologia do destino**. 10ª edição. São Paulo: Cultrix, 1995. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/6852618/GREENE-Liz-Astrologia-Do-Destino-A#page13>>

HALL, J. **A experiência junguiana: análise e individuação**. São Paulo: Cultrix, 1986.

HILLMAN, James. **Healing fiction**. Nova York: *Station Hill Press*, 1983.

_____ **Anima: Anatomia de uma Noção Personificada**. São Paulo: Cultrix, 1985.

_____ **Psicologia Arquetípica**. São Paulo: Cultrix, 1988 (original publicado em 1983).

_____ **Suicídio e Alma**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

_____ **O código do ser: uma busca do caráter e da vocação pessoal**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

_____ **Re-imaginar la Psicología**. Madrid: *Ediciones Siruela*, 1999 (original publicado em 1975).

HORSCHUTZ, Renata Whitaker. A herança psíquica. **Cadernos Junguianos**, São Paulo, v. 5, no. 5, p. 35-43, 2009.

INGLEZ- MAZZARELLA, Tatiana. **Fazer-se herdeiro**: a transmissão psíquica entre gerações. São Paulo: Escuta, 2006.

JUNG, Carl G. **A natureza da psique**. Petrópolis: Vozes, 1984. Obras Completas, vol. VIII/2.

_____ **Sincronicidade**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1985a. Obras Completas, vol. VIII/3.

_____ **Fundamentos de Psicologia Analítica**. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1985b. Obras Completas, vol. XVIII/1.

_____ **Analytical Psychology**: notes of the seminar given in 1925. Princeton: Princeton University Press, 1991.

_____ **Estudos Experimentais**. Petrópolis: Vozes, 1995. Obras Completas, vol. II.

_____ **Cartas**. Petrópolis: Vozes, 1999. Vol. I.

_____ **Memórias, sonhos e reflexões**. 1ª edição especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

_____ **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2008a. Obras completas, vol. IX/1.

_____ **O desenvolvimento da personalidade**. Petrópolis: Vozes, 2008b. Obras Completas, vol. XVII.

_____ **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis: Vozes, 2008c. Obras Completas, vol. IX/1.

KAËS, René et al. **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

KERÉNYI, Karl. HILLMAN, James. **Édipo e variações**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LISPECTOR, Clarisse. **A paixão segundo G. H.** Rio de Janeiro: Sabiá, 1964.

MOORE, Thomas. **Cuide da sua alma.** 2ª edição. São Paulo: Siciliano, 1994.

NEUMANN, Erich. **História da origem da consciência.** 10ª edição. São Paulo: Cultrix, 1995.

PACCOLA, Marilene Krom. **Leitura e diferenciação do mito:** histórias familiares de adolescentes com problemas. São Paulo: Summus, 1994.

PAIVA, Vera. **Evas, Marias, Liliths...** As voltas do feminino. Ed. Brasiliense. São Paulo: 1990.

WHITMONT, Edward C. **A busca do símbolo:** conceitos básicos de psicologia analítica. São Paulo: Editora Cultrix, 1998.

ZOJA, Luigi. **História da Arrogância.** São Paulo: Axis Mundi, 2000.

ZWEIG, Connie e ABRAMS, Jeremiah (orgs.). **Ao encontro da sombra:** o potencial oculto do lado escuro da natureza humana. São Paulo: Cultrix, 1991.